



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA -IP  
PROGRAMA DE DOUTORADO E MESTRADO EM PSICOSSOCIOLOGIA  
DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL - EICOS**

**Esboço de Cartografia em Ecologia Política – A  
Experiência Coletiva na Constituição da Fundação  
Matutu**

**GLÁUCIO JOSÉ FERREIRA DA COSTA**

**Rio de Janeiro**

**2008**

**GLÁUCIO JOSÉ FERREIRA DA COSTA**

**Esboço de Cartografia em Ecologia Política – A  
Experiência Coletiva na Constituição da Fundação  
Matutu**

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do EICOS/IP- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

**Orientadora**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro**

**Rio de Janeiro**

**2008**

Costa, Gláucio José Ferreira da.  
X, 118 f.: 29,7cm

Esboço de Cartografia em Ecologia Política – A Experiência Coletiva na  
Constituição da Fundação Matutu / Gláucio José Ferreira da Costa –  
Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2008

Nº. de páginas 118.

Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia/EICOS, 2008.

Orientadora: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

1. Ecologia Política 2. Cartografia Psicossocial 3. Fundação Matutu 4. Teoria  
Ator-Rede 5. Dissertação I. Pedro, Rosa Maria Leite Ribeiro (Orient.) II.  
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-  
Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. III. Esboço de  
Cartografia em Ecologia Política – A Experiência Coletiva na Constituição da  
Fundação Matutu.

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Gláucio José Ferreira da Costa

### **ESBOÇO DE CARTOGRAFIA EM ECOLOGIA POLÍTICA – A EXPERIÊNCIA COLETIVA NA CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO MATUTU**

Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Prof. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro - Orientadora  
(Doutora)

Prof. Ruth Machado Barbosa  
(Doutora)

Prof. Marly Chagas Oliveira Pinto  
(Doutora)

Rio de Janeiro (RJ)  
2008

*À memória de*  
*Josephina Ferreira da Costa,*  
*Vitória Peres*  
*e Omar Ali Shá, Agha*

### **Agradecimentos:**

786

*Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro*, pela orientação firme, estimulante e paciente.

*Reginaldo, Gláucia e Vagner*, amigos e irmãos, pelo apoio e estímulo em todos os momentos da minha vida.

*Guilherme França e Simone Levy*, que me acolheram como mais um da família todos estes anos no Matutu.

*Lequinho de Tiradentes e Zé Antônio* da Jequitibá Tur, pelas primeiras viagens ao Vale.

*Manno França e Luis Midéia, Karla, Rômulo e Aton* pela inspiração e paciência nas conversas sobre a Fundação.

*Biel e Ana Paula* pelas conversas estimulantes na casa mais legal de Santa Teresa.

turma 2005 do EICOS, pelo apoio mútuo ao longo dos anos.

*Júlio, Cecília, Marly, Marcello, Rafael, Flávia, Carlos e Ricardo*, amigos do Grupo de Pesquisa LISTEC /EICOS, pela jornada conjunta.

*Rita, Olívia, Jackeline e Osmar*, amigos da *Brasilsaúde*, pelo apoio e incentivo.

*Beth, Valéria, Clara* e demais amigos da Hauka Flamengo pela caminhada conjunta.

*Professores do programa EICOS.*

*Laura, Ana Cartaxo, Guilherme, Cris, Carlos José e Elza*, da família da “Barca” da Rua Alice.

*Cácio, Ana, Caique, Brasil, Odair, Dedé, Ata, Samir, Pila, Edem, Nina, Carlão, Márcia, Guto* e tantos outros do Vale do Matutu.

Vale do Matutu, pela inspiração e acolhida.

## ÍTACA

*Se partires um dia rumo à Ítaca,  
faz votos de que o caminho seja longo,  
repleto de aventuras, repleto de saber.  
Nem Lestrigões nem os Cíclopes  
nem o colérico Posídon te intimidem;  
eles no teu caminho jamais encontrarás  
Se altivo for teu pensamento, se sutil  
emoção teu corpo e teu espírito tocar.  
Nem Lestrigões nem os Cíclopes  
nem o bravo Posídon hás de ver,  
se tu mesmo não os levars dentro da alma,  
se tua alma não os puser diante de ti.*

*Faz votos de que o caminho seja longo.  
Numerosas serão as manhãs de verão  
nas quais, com que prazer, com que alegria,  
tu hás de entrar pela primeira vez um porto  
para correr as lojas dos fenícios  
e belas mercancias adquirir;  
madrepérolas, corais, âmbar, ébanos,*

*e perfumes sensuais de toda espécie  
quanto houver de aromas deleitosos.  
A muitas cidades do Egito peregrina  
para aprender, para aprender dos doutos.*

*Tem todo o tempo Ítaca na mente.  
Estás predestinado a ali chegar.  
Mas não apresses a viagem nunca.  
Melhor muitos anos levars de jornada  
e fundeares na ilha velho enfim,  
rico de quanto ganhaste no caminho,  
sem esperar riquezas que Ítaca te desse.  
Uma bela viagem deu-te Ítaca.  
Sem ela não te ponhas a caminho.  
Mais do que isso não lhe cumpre dar-te.*

*Ítaca não te iludiu, se a achas pobre.  
Tu te tornaste sábio,  
um homem de experiência,  
e agora sabes o que significam Ítacas.*

(KAVÁFIS, 1990 p.118-119)

**RESUMO**

COSTA, Gláucio José Ferreira da. **Esboço de Cartografia em Ecologia Política - A Experiência Coletiva na Constituição da Fundação Matutu**. Orientadora: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia/EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008

O presente trabalho tem como objetivo elaborar o esboço de uma cartografia do processo de constituição da Fundação Matutu, localizada na Serra da Mantiqueira, em Aiuruoca (MG). Buscou-se investigar quais as linhas de desejo, agenciamentos e actantes presentes na conformação deste processo de territorialização, buscando entrelaçar relatos de seus porta-vozes com a trajetória pessoal do autor, bem como de suas ações como cartógrafo psicossocial. Para dar conta desta cartografia, são instrumentalizados os conceitos da Ecologia Política de Bruno Latour, e os princípios de Cartografia postulados por Suely Rolnik, que, aplicados em conjunto com os conceitos de recalitrância (Latour), ritornelo e rizoma (Gilles Deleuze e Félix Guattari), permitiram delinear alguns aspectos da rede sociotécnica que conforma e é conformada pela Fundação Matutu. Através do conceito de ritornelo, busca-se compreender o processo de a(fe)tivação ao Vale do Matutu; a noção de recalitrância objetiva apontar para uma impossibilidade de dominação e do fechamento do Coletivo como um todo harmônico; já com a noção de Rizoma procura-se apresentar uma expressão mais “fidedigna” do Vale do Matutu, com suas multiplicidades que brotam de seus substratos disformes e rizomáticos. Com a finalidade de ilustração, são apresentados alguns extratos colhidos dos relatos dos prota-vozes.

Palavras-chave: Cartografia Sentimental, Ecologia Política, Fundação Matutu, Rizoma, Ritornelo



**ABSTRACT**

COSTA, Gláucio José Ferreira da. **Outline of a Cartography in Ecology Politics - The Collective Experience in the Constitution of the Matutu Foundation.** Orientadora: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia/EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008

The present work has as objective to elaborate the outline of a cartography of the process of constitution of the Matutu Foundation, located in the Mantiqueira's Mountain, Aiuruoca (MG). One searched to investigate which the lines of desire, agencies and actantes gifts in the conformation of this process of construction of a territory, searching to interlace stories of its spokesmen with the personal trajectory of the author, as well as of its action as psicossocial cartographer. To give account of this cartography, I use the concepts Ecology Politics developed by Bruno Latour, and the principles of Cartography postulates for Suely Rolnik, that, applied in set with the concepts of recalcitrance (Latour), ritornello and rhizome (Gilles Deleuze and Félix Guattari), had allowed to delineate some aspects of the sociotechnica net that conforms and is conformed by the Matutu Foundation. Through the concept of ritornello, one searches to understand the process of "affectivity" to the Matutu's Valley; the notion of objective recalcitrance to point with respect to an impossibility of domination and the closing of the Collective one as a whole harmonic one; already with the notion of Rhizome it is looked to present "a more trustworthy" expression of the Matutu's Valley, with its multiplicities that sprout of its deface and rhizome substrata. With the illustration purpose, some harvested extracts of the stories of the spokesmen are presented.

Key Words: Cartography, Ecology Politics, Matutu Foundation, Rhizome, Ritornello

**LEGENDA DE FIGURAS**

Figura 1: Coletivo Assimétrico x Simétrico	20
Figura 2: Composição provisória do Coletivo	27
Figura 3: Novo bicamarelismo do Coletivo	29
Figura 4: Fotografia de um rizoma	40
Figura 5: Fundação Matutu – Uma conquista para Aiuruoca	54
Figura 6: Entrega do Prêmio Cidadania 1007 à Fundação Matutu	56

**LISTA DE SIGLAS**

AMA Matutu	Associação de Moradores e Amigos do Matutu
APA	Área de Proteção Ambiental
CODEMA	Conselhos Municipais de Meio Ambiente
CONTUR	Conselhos Municipais de Turismo
COOLEGA	Cooperativa de Serviços Educacionais e Ambientais do Matutu
EICOS	Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social
EMATER	Empresa de assistência Técnica e Extensão Rural
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IEF-MG	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IP	Instituto de Psicologia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização Social Civil de Interesse Público
PDA	Projetos Demonstrativos do PPG7
PESP	Parque Estadual da Serra do Papagaio
PNI	Parque Nacional de Itatiaia
PPG7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>I - ECOLOGIA POLÍTICA</b>	18
<b>II - CARTOGRAFIA E SEUS 3 Rs: RECALCITRÂNCIA, RITORNELO E RIZOMA</b>	31
2.1 Cartografia psicossocial	32
2.2 Recalcitrâncias	34
2.3 Ritornelo	36
2.4 Rizoma	38
<b>III - ESBOÇO DE UMA CARTOGRAFIA DA FUNDAÇÃO MATUTU</b>	41
3.1 Blind Date – Encontrando o Vale do Matutu	42
3.2 A Fundação Matutu por ela mesma	50
3.3 Entrelaçando Relatos – Mapeando Alguns Agenciamentos	60
3.3.1 Antecedentes – Movimentos de Territorialização	62
3.3.2 Estabelecendo Alianças	68
3.3.3 O Santo Daime – Um Aliado Importante	72
3.3.4 A Brigada de Incêndio do Matutu – um Actante Fundamental	75
3.3.5 Agroecologia Prática – Produção Coletiva de Humanos e Não-Humanos	78
3.3.6 Desafios na Construção do Coletivo	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	86
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	93
<b>GLOSSÁRIO</b>	96
<b>ANEXOS</b>	98

*“uma experiência ruim não é aquela que falha, mas aquela da qual não se tira nenhuma lição para preparar a experiência seguinte. Uma experiência boa não é a que oferece um saber definitivo, mas que permite redesenhar o caminho de provas pelo qual vai ser necessário passar, de maneira que a iteração seguinte não se cumpra em vão” (LATOUR, 2004, p.319)*

## INTRODUÇÃO

Minha trajetória no Programa de Pós-Graduação EICOS é uma coleção de boas experiências. Se quase desisti de levar adiante a empreitada de finalizar o curso de Mestrado, o fiz mais por excesso de zelo do que por incompatibilidade com o método e o tema abordado; se mudei de objeto algumas vezes, foi buscando um sentido para além do que estava encontrando no caminho traçado. Hoje consigo ver como essas idas e vindas, por vezes angustiantes, acabaram por me obrigar, sem perceber, a voltar ao início, resgatando para tema de pesquisa o mesmo lugar do projeto apresentado na seleção para o Mestrado: o Vale do Matutu, *locus* de meu desejo, e que, como recalitrância, teimava em desviar minhas tentativas de abordar outros temas, sair do percurso originalmente traçado.

Nesta viagem compreendida como um ritornelo<sup>1</sup>, conceitos como “rizoma”, “rede sociotécnica”, “parlamento das coisas”, “Coletivos”, “cartografia psicossocial”, “recalitrância”, e tantos outros passaram a ter um significado interessante, funcionando ora como ferramentas, ora como fios de Ariadne que me permitiram percorrer o trajeto escolhido. Estes conceitos, mais do que ampliar a visão, deslocam irremediavelmente o observador daquele ponto-de-vista percebido como privilegiado pela ciência – com sua produção de

---

<sup>1</sup> Utilizo ritornelo aqui, como “traçado que retoma sobre si, se retorna, se repete; mas nunca é um retorno ao mesmo. depois, como circularidade (procurar um território para si = procurar alcançá-lo). (...) Não há chegada, nunca há se não um retorno, mas regressar é pensado numa relação avesso-direito, recto-verso com partir, e é ao mesmo tempo que se parte e se regressa”.(ZOURABICHVILI, 2004 apud PINTO, 2007, p.61)

assimetrias –, para algum ponto equidistante e misturado a todos os outros desta Rede, desde já, compreendida então como sociotécnica, como rizoma<sup>2</sup>.

Em meio às abordagens propiciadas pelo Programa EICOS, muitos caminhos são possíveis. Foi em meio a eles que encontrei a proposta de Ecologia Política formulada por Bruno Latour (2004). Com ela, percebi que a dificuldade em avançar na pesquisa estava no fato de que vinha tratando meus temas de pesquisa como um “objeto”, exatamente como no modelo assimétrico de se fazer ciência. Em contrapartida, Latour nos alerta para a importância do “Coletivo”, com os agenciamentos e recalitrâncias dos actantes<sup>3</sup>.

Em seu livro “Políticas da Natureza”, Latour, ao propor o Parlamento das Coisas e a redefinição do papel da Ecologia Política<sup>4</sup>, afirma que as crises ecológicas não se configuram como “crises de natureza”, mas sim como “crises de objetividade”, no sentido de que a crise atinge todos os objetos e não apenas aqueles tradicionalmente rotulados como naturais. Ou, como dito por Latour (2004): “*a Ecologia Política não se revela, pois, graças a uma crise dos objetos ecológicos, mas por uma crise constitucional generalizada, que atinge todos os objetos*” (LATOUR, 2004, p.44). Foi justamente este enunciado que me fez apostar na possibilidade de desenvolver esta investigação em Ecologia Política, de forma a responder as questões que me trouxeram ao mestrado.

Logo nas primeiras leituras, vi que teria que me despir do ferramental do “*geógrafo-cartógrafo*”, ou seja, abrir mão desta *persona*, jogar fora a bússola magnética, para assim poder aprender novas formas de cartografar. Inicialmente esta subversão da teoria cartográfica pela apropriação desse nome e a sua transliteração em algo que nem de longe lembra seu

---

<sup>2</sup> Conforme detalhado no tópico específico 2.4

<sup>3</sup> Latour utiliza o termo *actante* para designar a possibilidade de um ator ser um humano ou um não-humano.

<sup>4</sup> A Ecologia Política se distingue da ecologia científica pelo fato de esta última atuar nos laboratórios e nas expedições de campo, enquanto que a política atua nos movimentos militantes e no Parlamento das Coisas. (LATOUR, 2004, p. 23)

significado original soava para mim como um grande desafio. Este trabalho é também o relato desta experiência, uma espécie de metamorfose de geógrafo a pesquisador cujo rótulo ainda está por ser configurado.

Prossegui, desafiado pela Prof<sup>a</sup>. Rosa Pedro que, no xeque-mate da partida mental que travávamos sobre o porquê de tentar trabalhar nesta nova proposta, me disse: “Gláucio, se não tiver utopia, não te interessa.” Assim, sem escolha, propus usar como tema a minha utopia de lugar para viver, minha Ítaca mítica nas montanhas de Minas, que, em uma espécie de ritornelo, se apresentava como única possibilidade de realização deste trabalho de dissertação. Lembrei, de imediato, que o esboço do primeiro projeto apresentado para o Mestrado também se passava lá, buscando tratar o “Capital Social da Comunidade do Matutu” - uma idéia rapidamente descartada por sua pouca ressonância com o referencial sociotécnico.

Contudo, confesso que, quando realizei o tamanho do desafio que era proceder esta cartografia sobre a constituição da Fundação Matutu, fiquei receoso, mas ao mesmo tempo estimulado. Inicialmente pensava que poderia fazer uma cartografia digital, usando *layers*, SIG's (Sistemas de Informações Geográficas) de toda a área. Ledo engano. Logo percebi que esta cartografia fala de mapas sim, mas são outras as representações, pois ela não só sabe que “mapa não é território” como faz disso sua principal diretriz. E, diferentemente da primeira, que busca registrar os relevos, as formas do real em um plano cartesiano inteligível e concreto, onde o Norte é de antemão conhecido e as direções já estão traçadas, a cartografia psicossocial se interessa por mergulhar nas geografias dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia. Ou, como exposto por Rolnik (2004): “*o problema para o cartógrafo não é o do falso-ou-verdadeiro, nem o do teórico-ou-empírico, mas sim o do vitalizante-ou-destrutivo, ativo-ou-reativo*” (ROLNIK, 2004, p.66), pois o que existe para ele são intensidades buscando expressão.

Aos poucos fui absorvendo estas novas ferramentas e, à medida que ia aprofundando na teoria, não sem surpresa, ia me reconhecendo em cada afirmação feita, em cada conceito exemplificado e em cada passo do estudo de caso desenvolvido. Fui avançando, e em vários momentos pensei: acho que não vou dar conta. Foi quando, após perceber a importância dessa busca de tentar ser coerente com os valores que sempre pautaram a minha vida, e de que nada adiantaria fazer uma dissertação só por fazer, mas que ela tinha que “agregar valor” à minha vida - para utilizar um termo tão caro do meu convívio diário de gestor de empresas - é que vi na utilização da cartografia como método de investigação em Ecologia Política, uma forma de obter as resposta para as questões com que, ao longo dos anos, fui me deparando.

Assim, eu que estudei com a “mãe” da cartografia brasileira, a saudosa Professora Josette, do Departamento de Geografia da UFRJ, acabo por descobrir o enorme prazer que é fazer esta outra cartografia, chamada aqui de psicossocial, inspirada na cartografia sentimental de Rolnik, Deleuze e Guattari, e que tem se revelado como a única cartografia que de fato me cabe fazer neste trabalho. Pois, ao contrário das cartografias dos mapas, que buscam entender e revelar o mundo por meio de suas projeções cartesianas - o que, de certa forma, permitiu ao homem dominar e ocupar o mundo - a cartografia psicossocial busca também um entendimento do real, só que de outra forma, pois os platôs que ela mapeia e os relevos que ela pontua são de outra natureza. Ou, como dito por Rolnik (2007), a cartografia sentimental é aquela que se ocupa “*das questões que envolvem os processos de subjetivação em sua relação com o político, o social e o cultural, através dos quais se configuram os contornos da realidade em seu movimento contínuo de criação coletiva*” (ROLNIK, 2007, p.11).

Para esse trabalho, escolhi fazer a cartografia da constituição da Fundação Matutu, no Vale de mesmo nome no Sul de Minas Gerais, onde, ao longo dos últimos anos, venho atuando, exercendo papéis, muitos deles sem o saber, nas quais ilusões e desilusões sentidas e/ou percebidas vão aos poucos conformando uma realidade que busco aqui cartografar. Os



relatos deste trabalho fazem parte desta tentativa na qual me permito, com os instrumentais do cartógrafo psicossocial, mapear estas experiências.

A Fundação Matutu está localizada no Vale do Matutu, que, por sua vez, localiza-se no entorno do Parque Estadual da Serra do Papagaio, município de Aiuruoca. Fazendo parte da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Mantiqueira, na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. O município de Aiuruoca é parte do circuito de terras altas do sul de Minas Gerais cuja beleza cênica vem atraindo crescentemente a visitação de habitantes dos centros urbanos próximos. O Vale do Matutu está situado na porção centro-sul do município, no entorno imediato do Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP), em cotas que variam de 1300 m. a mais de 2350 m. de altitude. São observados remanescentes de diferentes ambientes altimontanos, como florestas com Araucárias, matas de candeia e campos de altitude.

Ao contrário do que ocorre nas grandes cidades com seus processos de desterritorialização, no Matutu, o cartógrafo identifica, a princípio, um fenômeno inverso, que ele chama de territorialização, e que ele vê apenas como a outra face desta moeda, ambos frutos da crise que caracteriza o mundo moderno. Se for isso, ele quase sente vertigem só em pensar no tamanho do problema que ele terá pela frente. Por onde começar... Felizmente o cartógrafo sabe que a “verdade” é inalcançável.

Assim, instituído com os instrumentais da cartografia psicossocial e os imperativos da Ecologia Política, passei a olhar à minha volta e buscar, relembrar os momentos em que “a vida encontra canais de efetuação”, não apenas como testemunha ocular da história, mas como actante da ação; procurando a todo instante lembrar dos agenciamentos que foram conformando a realidade vivida no Vale do Matutu, tendo sempre como limiar, o quanto “*é possível suportar, em cada situação, o desencantamento das máscaras que estão nos constituindo*” (ROLNIK, 2007, p.27).

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, apresento a Ecologia Política, pautada na obra de Bruno Latour, destacando a ressonância desta teoria com os conceitos de Coletivo, composto por humanos e não-humanos; já no capítulo II, apresento e discuto o método de pesquisa baseado nos princípios da Cartografia Sentimental, proposta por Suely Rolnik, a aderência deste método aos conceitos de Ritornelo, Rizoma e Recalcitrância, e de como estes conceitos são fundamentais para o entendimento do tema deste trabalho; por último, apresento a justificativa do porquê da escolha da Constituição da Fundação Matutu como tema deste trabalho de cartografia em Ecologia Política, buscando para isso contextualizar esta organização por meio da apresentação das fontes/versões existentes sobre a mesma na grande rede sociotécnica que a conforma. Além de promover o diálogo entre os relatos cartográficos de seus actantes/porta-vozes, tanto entre si, como com os conceitos teóricos apresentados de forma a apreender um pouco mais dessa minha jornada ao Vale do Matutu, consciente de que estes afetos revisitados não passam de resignificações provisórias, pois como apontado por Suely Rolnik, se as significações funcionam, nada garante que elas se perpetuem, já que urge sempre a necessidade de se inventar novos mundos e novos significados.

## I – ECOLOGIA POLÍTICA

Bruno Latour utiliza a expressão “Ecologia Política” para designar não uma disciplina, e sim um trabalho: o de coletar, agrupar em Coletivos elementos heterogêneos, humanos e não-humanos. Em suas próprias palavras: “*não há mais dois elementos que atraem, um que faria a unidade sob a forma de natureza, e outro que guardaria a multiplicidade sob a forma de sociedade. O Coletivo significa: tudo, e não dois separados*” (LATOURE, 2004, p.117). Latour propõe para a Ecologia Política o papel de unificador de todos os seres, pois a ela é dado atuar tanto sobre a política quanto sobre a natureza, mas desde que deslocados dessa “dupla arena” para a única arena possível, a do Coletivo. A forma que a Ecologia Política encontra para ocupar este espaço é “deslegitimar” tanto a tradição política quanto a tradição natural, chamada por ele apropriadamente de “*naturpolitik*”. Isto se comprova, segundo o autor, pela multiplicação dos objetos e seus vínculos de risco, que acabou por colocar em crise a ordem constitucional clássica, conforme bem demonstrado por este autor no livro “Jamais Fomos Modernos” de 1992.

Seria assim a Ecologia Política a ciência do Coletivo? Sim, mas para isso precisamos fazer um esforço de compreensão na direção das proposições de Latour. Segundo ele, a Ecologia Política, em conjunto com a Sociologia da Ciência, pode permitir a expressão plena dos “não-humanos” na arena do Coletivo. Não mais um Coletivo em duas câmaras, onde a Natureza era acessada pelos “sábios” e utilizada por esses para vir calar as discussões e reduzir os procedimentos; em suma, ter a palavra final transcendente sobre as controvérsias existentes. No Coletivo em duas câmaras, os não-humanos, uma vez recrutados, participam da discussão, não como soluções transcendentais, mas sim como complicadores, que irão sempre impedir que se caia novamente na ilusão totalitária de uma possibilidade de conhecimento absoluto por meio do trabalho neste Coletivo.

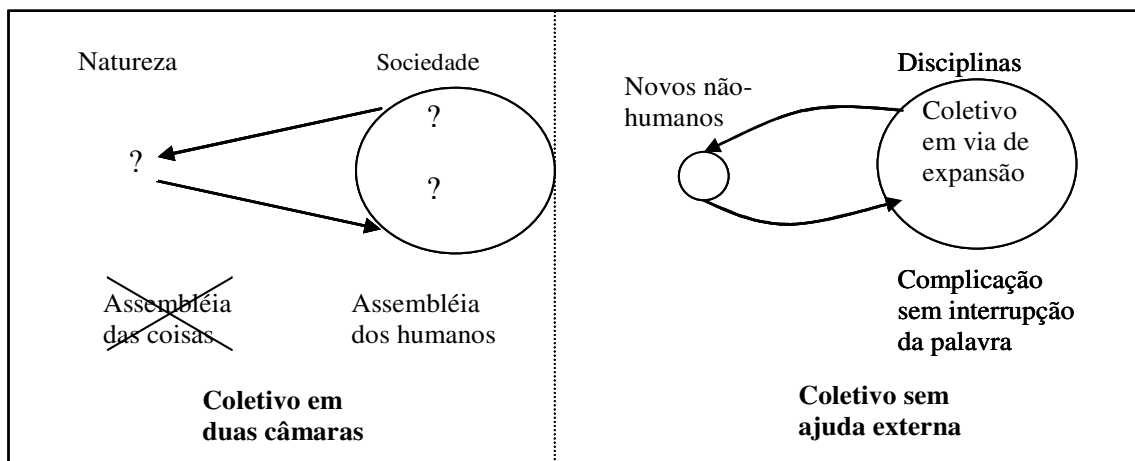


Figura 1: Coletivo Assimétrico x Simétrico. Adaptado de (Latour,2004, p.73)

A figura acima expressa este mundo novo, ou melhor, um mapa em que o passado e o futuro estão delineados. No lado esquerdo, vemos a ciência (representada pelas interrogações dos “sábios”), colocada ali como parte da solução do problema político, criado por ela mesma, e tornado insolúvel também por ela, uma vez que, a todo instante, a exterioridade representada pelo recrutamento da natureza vinha “desqualificar” as resoluções tomadas pela assembléia humana. Em contrapartida, no lado direito do quadro, vemos movimento e uma única arena, e ali a ciência é parte do problema, ou como diz Latour (2004):

*“a Ecologia Política, aliada à sociologia das ciências, desenha uma ramificação nova sobre o mapa: em vez de ir da natureza ao humano, do realismo ao construtivismo, pode-se ir, presentemente, da multiplicidade que não acolhe ainda qualquer Coletivo, o pluriverso, ao Coletivo que a acolhia até aqui sob o nome conjunto de política e natureza” (LATOUR, 2004 , p.77)*

Assim, tanto o social não pode ser compreendido como composto por sujeitos como a natureza não pode ser vista como populada por objetos. Cabe aqui, ainda para fechar o conceito, uma outra distinção, que é a dos não-humanos x objetos, ou seja, “os não-humanos não são totalmente objetos, e também não inteiramente construções sociais” muito menos “coisas em si” (LATOUR, 2004, p.93-94), por isso chamados de híbridos, conforme

conceituado por Bruno Latour em seu livro “Jamais Fomos Modernos”. Isto posto, os humanos precisam também ser distinguidos dos sujeitos, compreendidos agora não mais como aqueles que queriam a qualquer custo ser “arrancados da natureza” para poderem exercer enfim sua “liberdade”, mas que no final eram reduzidos aos “objetos da natureza” pela ciência (LATOUR, 2004, p.94). Passam a assumir, daqui por diante, outro aspecto, que é o de associados aos não-humanos por vínculos de risco: “*em lugar de existirem por eles mesmos, vão poder exhibir a longa cadeia de não-humanos, sem os quais eles não saberiam fazer questão da liberdade.*” (LATOUR, 2004, p.95). Desta forma, abrem espaço para um mundo novo, possibilitado por essa visão generosa que o Coletivo permite, como sintetizada abaixo por Latour (2004):

*“Abrindo esta mortal tenaz da epistemologia e da sociologia, a Ecologia Política permite às disciplinas científicas, libertadas de sua função de epistemologia (política), multiplicar os recintos, as arenas, as instituições, os fóruns, as experiências, as provas, os laboratórios pelos quais se associam os humanos e os não-humanos, todos novamente libertados. A Ciência está morta, viva a pesquisa e vivam as ciências”* (LATOUR, 2004, p.95).

Latour faz uma distinção forte entre a relação sujeito e objeto e humanos e não-humanos, que é fundamentalmente esta: “os objetos e os sujeitos não podem nunca associar-se, os humanos e os não-humanos o podem” (LATOUR, 2004, p.143); ou seja, humanos e não-humanos podem se associar sem exigir o desaparecimento do outro. Sendo assim é que ambos podem ser atores, atores sociais, daí a possibilidade bastante factível, segundo Latour, de se buscar associar atores sociais a outros atores sociais neste Coletivo, ou seja, aumentar a lista de actantes presentes sem inviabilizar esta análise. Aqui se encontra a grande diferença entre a assembléia em duas câmaras dos modernos e o Parlamento das coisas. Antes, na assembléia, “o que era dado a um devia ser retirado de outro” (LATOUR, 2004, p.149) e o sujeito não podia admitir ter a palavra emudecida por um objeto. Tinha que ficar o tempo todo atento para não ser objetificado, seja pela natureza, seja pela política, transformado em

simples coisa sem direito à voz; da mesma forma, o objeto também não suportava ser todo o tempo posto em dúvida, apontado como uma simples construção social.

No Parlamento das Coisas, o Coletivo de humanos e não-humanos permite reunir um maior número de actantes no mesmo mundo, sejam eles de que tipo for, ou como diz Latour (2004), o jogo está aberto. A lista dos não-humanos que tomam parte da ação se amplia e a lista dos humanos que tomam parte na recepção também. Agora, *“as coisas não ameaçam mais os sujeitos. A construção social não enfraquece mais os objetos.”* (LATOURE, 2004, p.149).

No livro “Políticas da Natureza”, Latour (2004) retoma a discussão iniciada doze anos antes com o livro “Jamais Fomos Modernos” e apresenta passo a passo a metodologia que faz da Ecologia Política a chave para o entendimento deste Coletivo. Começa explicitando três obstáculos e/ou questões fundamentais a serem respondidas, a fim de se saber a real contribuição a ser dada por essa disciplina: a produção científica, a natureza e a política.

Com relação à produção científica, Latour (2004) diz que a Ecologia Política, ao afirmar que leva em consideração “a natureza em suas relações com a sociedade”, esconde, entretanto, que como ciência, ou “logia”, não tem acesso direto à natureza - como de resto todas as demais ciências - pois a natureza *“só é reconhecível por intermédio das redes de instrumentos”* (LATOURE, 2004 p.14), seus protocolos e disciplinas. Para Latour, é necessário explicitar essa separação entre ciência e natureza, e aprofundar a questão de que, mesmo nas ciências, *“encontramos já uma mistura bastante complexa de provas e de operadores da prova, uma ‘cidade sábia’, que age como terceiro em todas as relações com a sociedade”*. Reside aí a questão a ser desmascarada, que é o fato de os “movimentos ecológicos” geralmente se posicionarem aos olhos da sociedade como este “terceiro”, valendo-se disso para *“acelerar seus progressos militantes”* (LATOURE,2004, p.15).

O segundo obstáculo é a própria Natureza, que, para Latour, não poderia continuar sendo o único objeto da Ecologia Política. Ele afirma isso, ressaltando o fato de que a Natureza precisa ser vista como um moderador que aponta para saídas falsas, pois, “*se nos entregamos demais aos fatos, o humano oscila inteiramente na objetividade, torna-se uma coisa contábil e calculável, um balancete energético, uma espécie dentre outras*” (LATOURE, 2004, p.16); por outro lado, se são feitas concessões demais aos valores, “*a natureza inteira oscila no mito incerto, na poesia, no romantismo; tudo se torna alma e espírito*” (LATOURE, 2004, p.16). Por sua vez, se são misturados os fatos e os valores, é aí que tudo desanda, posto que se priva, de uma vez, o conhecimento autônomo e a moral independente. Daí a afirmação categórica de Latour (2004), de que, com a natureza não haveria nada a se fazer, e que talvez fosse melhor acreditar que ela não passa de “*doença infantil da Ecologia Política, o que a impede de sair de sua incapacidade de compreender, enfim, sua prática*” (LATOURE, 2004, p.17).

Já a política ser vista como o terceiro obstáculo se deve ao fato da dificuldade do “posicionamento” dos movimentos ecológicos frente aos cenários políticos. Transcrevo na íntegra a defesa de Latour (2004) sobre este tema, característico do humor que empresta às suas obras:

*“Sabe-se, também, da dificuldade que os movimentos ecológicos sempre tiveram para situar-se no controverso cenário político. À direita? À esquerda? À extrema direita? À extrema esquerda? Nem à direita, nem à esquerda? Então, na administração? Se em parte nenhuma, na utopia? Acima, na tecnocracia? Abaixo, retomando as fontes? Para além, na plena realização de si? Por todo lado, como sugere a bela hipótese Gaia, de uma Terra que reuniria todos os ecossistemas em um só organismo integrado? (...)”*(LATOURE, 2004, p.17)

A estas três questões, Latour propõe fazer a pergunta fundamental para a definição da Ecologia Política: “o que a natureza, a ciência e a política têm a fazer em conjunto?”. Para o autor, esta questão já estaria respondida, pois “*a Ecologia Política já opera, na prática, tudo o*

que nós afirmamos que ela deva fazer. Nós simplesmente fazemos a aposta de que as urgências da ação a têm impedido até aqui de situar a originalidade exata do que ela executava às apalpeladas” (LATOURE, 2004, p. 20). Assim, a Ecologia Política deveria se situar naquela margem onde se multiplicariam os vínculos de risco, e o que, a primeira vista, poderia ser tomado como uma fraqueza, na verdade revelaria toda a força da Ecologia Política:

*“Ora, justamente em seus reveses, quando ela exhibe objetos cabeludos<sup>5</sup> de formas imprevistas, que tornam radicalmente impossível o uso de qualquer noção de natureza, é que ela inova, enfim, politicamente, que ela faz, enfim, emergir o modernismo, que ela impede, enfim, proliferação de objetos limpos e sem risco, com seu improvável cortejo de saberes indiscutíveis, de impactos previsíveis, de riscos calculados e de conseqüências inesperadas” (LATOURE,2004. p.57).*

Com base nestas questões, o autor retoma e vai construindo passo-a-passo todos os componentes e o *modus operandi* da Constituição Moderna, tratada pela primeira vez no livro “Jamais Fomos Modernos”, chamado de “Parlamento das Coisas. Nele, não cabem mais “verdades nuas” nem tampouco “cidadãos nus”, sendo este espaço todo ocupado pelos mediadores, e residindo nesta mediação a sua força e capacidade de resistência.

Stengers (2002) chama a atenção para o componente do humor presente neste Parlamento, compreendida como a única virtude “capaz de resistir sem odiar, sem denunciar em nome de uma força superior aquilo a que trata de opor”.

*“Este Parlamento não é “revolucionário”, pois já existe, no sentido que existem as múltiplas redes onde os representantes discutem, negociam, se interessam mutuamente. Mas tampouco é reformista, porque opera uma passagem ao limite: a rede se firma como rizoma, sem limites, sem princípio de exclusão, sem “juízo de Deus” que determine um desnível delimitando interior e exterior ou desqualifique a priori um interesse particular como “corporativista”. (LATOURE, apud STENGERS,2002,p.186)*

---

<sup>5</sup> O mesmo que híbridos, artefatos sociotécnicos misto de humanos e não-humanos.



Assim, os participantes das controvérsias neste parlamento conformariam um “processo de heterogênese”, na qual não seria solicitado a nenhum de seus membros a renúncia das características e particularidades que os conformam, em nome de algum “mito” de neutralidade ou distanciamento. Conforme Latour, citado por Stengers (2002), cada um poderia se “*pronunciar sobre um quase-objeto que todos criaram, mas que só é representado de maneira legítima pela associação heterogênea das práticas através das quais eles o criaram e que os conecta*” (STENGERS, 2002, p.196).

Outra questão fundamental apontada por Stengers (2002) é de que, na conformação do Parlamento das Coisas, os cientistas deixam de ser os únicos legítimos representantes destas “coisas”. Isto porque a maior parte das inovações tecno-sociais criadas hoje possuem implicações bem mais variadas do que as questões postuladas pela ciência acerca delas conseguem abranger. Ou seja, as representações científicas a respeito das coisas não mais abarcam, se é que um dia abarcaram, todos os pontos de vista e riscos associados; elas encontram-se irremediavelmente deslocadas de um centro que um dia pensaram ocupar. A autora chama a esse movimento, ou deslocamento da ciência de seu centro, de “desmobilização”, que para ela estaria ligado à questão da complexidade: “*Que riscos esta situação faz nossos juízos correrem, que devires e que sensibilidades nos impõem?*” (STENGERS, 2002, p.191).

Segundo Stengers, nós nem mesmo teríamos certeza do que é de fato uma inovação. Daí a necessidade de trazer para esse parlamento outros representantes que não os usuais, ou seja os tecnólogos e cientistas. Por outro lado, como estes riscos não podem simplesmente ser suprimidos pelo poder da força e coerção, os representantes políticos não possuem poder absoluto; continuam, no entanto, importantes neste parlamento, ao lado de industriais, cidadãos, burocratas, jornalistas e tantos outros que, com suas sensibilidades e pontos-de-

vista, permitirão o surgimento de outras questões e explicações diferente daquelas que os cientistas são comumente levados a considerar. Ou, no dizer de Stengers (2002):

*“trata-se de inventar dispositivos tais que os cidadãos de que falam os experts científicos possam estar efetivamente presentes, aptos a colocar as questões sensíveis ao seu interesse, exigir explicações, impor condições, sugerir modalidades, em suma participar da invenção”*. (STENGERS, 2002, p.193)

A rede sociotécnica não tem outros limites a não ser os dos lugares onde, por razões que amiúde não dependem dos cientistas, é lícito aos cientistas firmar autoridade, uma vez que este Parlamento não aponta a utopia da intersubjetividade, mas abriga aquilo que Guattari (apud Stengers, 2002), chama de “produção coletiva da subjetividade”. Contudo, esta autoridade dada ao cientista é contextual e não pode apontar para algum tipo de “tutela transcendente” como a vista no antigo parlamento. Desta forma, todos os representantes ficam atentos não somente à tutela transcendente que os *“transformaria em discípulos daqueles cujo enunciado aceitam, porém igualmente das conseqüências transversais em seu campo daquilo que é proposto num outro campo”*. (STENGERS, 2002, p.196).

Assim, para Latour, é esta Ecologia Política que marca a “idade de ouro” das ciências sociais, e que definitivamente as liberta do modernismo da antiga constituição. Mas por que “Ecologia Política” e não outra disciplina? A isso Latour (2004) faz uma defesa onde nos diz: *“que outro termo além daquele de ecologia permitiria acolher os não-humanos em política?”* (LATOUR, 2004, p.366). Cabe a ela não buscar um lugar nesta antiga casa, mas convocar uma nova assembléia, onde “esquerda”, “direita”, “natureza” e “sociedade” precisam igualmente ser repensados neste Coletivo em formação. Coletivo este que não é, tampouco, sinônimo de “estado”, de sociedade, nem é singular, mas sim *“(...) um mundo comum ainda por vir: nós ignoramos as conseqüências coletivas de nossas ações. Somos enredados por vínculos de risco, cujas causas e conseqüências provisórias devem ser objeto de uma constante re-apresentação”*. (LATOUR, 2004, p.36).

Toda esta teoria proposta por Latour (2004) acerca do papel da Ecologia Política está centrada na possibilidade de uma nova exterioridade, diferente daquela presente na antiga Constituição, referenciada no mito da Caverna, de Platão<sup>6</sup>, onde, para fazer frente ao arbítrio da vida pública, *locus* de toda imanência, precisou-se sempre recorrer à transcendência oferecida tanto pela natureza, indiferente às paixões humanas; à transcendência dos valores e sua lei moral, indiferente às objeções da realidade; e à transcendência do soberano, capaz de separar e decidir, tendo a palavra final. Contra estas cortes de apelação, Latour nos traz uma outra “corte de apelação”, uma outra exterioridade, que “*não deve nada nem à natureza, nem aos princípios morais, nem ao arbítrio do soberano*” (LATOUR, 2004, p. 207). Esta nova exterioridade substitui as três esferas de poder estáticas, pelo fluxo, pelo movimento que caracteriza o Coletivo nesta nova Constituição, conformado pela composição progressiva do “bom mundo comum” ou, como na figura 2, a seguir:

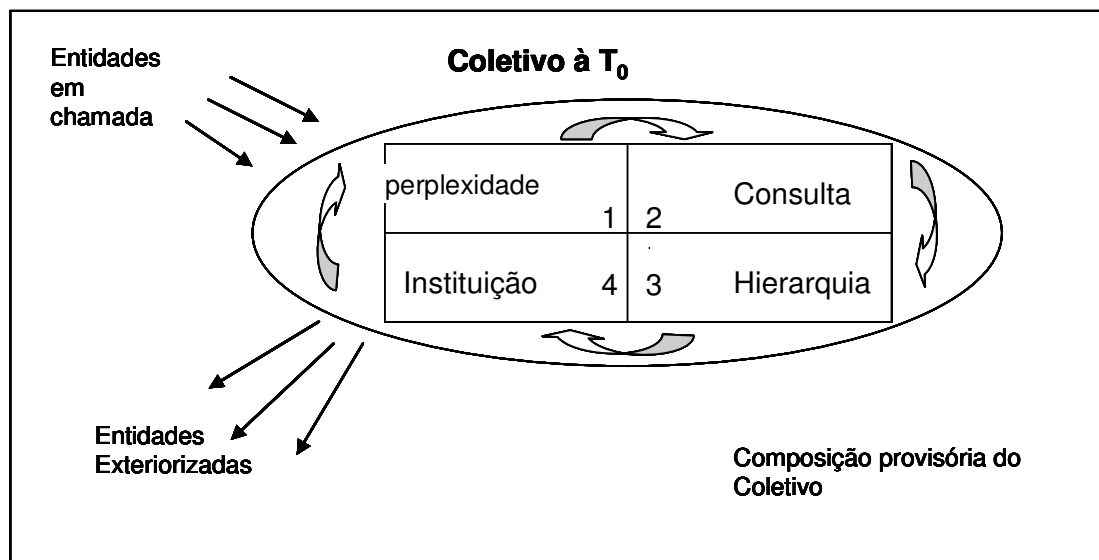


Figura 2: Composição Provisória do Coletivo. Adaptado de (Latour, 2004, p.208)

<sup>6</sup> No livro VII da República, Platão narra o Mito da Caverna, alegoria da teoria do conhecimento e da Paidéia platônicas. (Chauí, Marilena, O Cortiço Filosófico – Disponível: <http://www.comunidade.sebrae.com.br/educacao/Artigos/8150.aspx>. Acessado 23/04/2007)

O funcionamento desse “bom mundo comum”, conforme expresso pela figura 2, vai avançando na forma de espiral, de  $T_0$ ,  $T_1$ ,  $T_2$ ,  $T_N$  e assim sucessivamente e cada revolução desta tem uma conformação, que deve ser encarada sempre como provisória, uma vez que as entidades rejeitadas, pelo poder do ordenamento, podem retornar a este Coletivo, na iteração seguinte ( $T_N$ ), seja por recalcitrância<sup>7</sup>, ou pela erupção de um novo actante, até então desconsiderado. Ou seja, cada seção deste Coletivo não descreve o percurso de todo o Coletivo, que, no dizer de Latour (2004), se daria dessa forma:

*“Cada nova proposição percorre de início as quatro casas desta figura, respondendo passo a passo a cada uma de nossas exigências essenciais: ela torna perplexos aqueles que se reúnem para discuti-las e que montam as provas, permitindo assegurar-se da seriedade de sua candidatura à existência; ela exige ser levada em consideração por todos aqueles cujos hábitos vai modificar, e que devem, pois, participar de seu júri; se ela ultrapassar as duas etapas precedentes, não poderá inserir-se nos estados do mundo senão sob a condição de encontrar um lugar na hierarquia que a precede; enfim, se ela ganhar seu legítimo direito à existência, tornar-se-á uma instituição, quer dizer, uma essência, e fará parte da natureza indiscutível do bom mundo comum”.*(LATOURE, 2004, p.209)

Ou seja, no Coletivo, o que foi “exteriorizado” pode apelar e voltar a bater à porta para exigir ser levado em consideração, e isto é possível porque o exterior não é mais fixo, “*não é mais nem uma reserva, nem uma corte de apelação, nem uma descarga, mas aquilo que tem sido objeto de um processo explícito de exteriorização*” (LATOURE, 2004, p.212). Assim, continua Latour, é preciso que se faça uma distinção entre “social” e Coletivo, na qual o primeiro “é definitivo e feito de um material radicalmente distinto” e o segundo é provisório e produzido por esse processo explícito de exteriorização. Isto posto, quando se olha para o exterior do Coletivo, o que vemos são dois conjuntos: o primeiro é composto por excluídos (humanos e não humanos) explicitamente colocados nesta posição; e outro conjunto formado por “apelantes” (de novo humanos e não humanos) que exigem em maior ou menor grau fazer parte do Coletivo. Aqui cabe um importante esclarecimento sobre a natureza deste processo

---

<sup>7</sup> Cf. Capítulo II deste trabalho.



Para que esta proposição de Coletivo possa ser utilizada como substituto ao modelo anterior, e assim proceder à exploração do mundo comum, Latour (2004) propõe quatro “imperativos categóricos” para se trabalhar com Coletivos. São eles:

- a) *Tu não simplificarás o número de proposições a levar em conta na discussão;*
- b) *Uma vez instituídas as proposições, tu não discutirás mais a presença legítima no seio da vida coletiva;*
- c) *Tu te assegurarás que não se pode abreviar arbitrariamente o número de vozes que participam da articulação das proposições;*
- d) *Tu discutirás a compatibilidade das novas proposições com as que já estão instituídas, de modo a mantê-las todas em um mesmo mundo comum, que lhes dará seu legítimo lugar. (LATOURE, 2004, p.160)*

São estes imperativos que garantirão os dois poderes de representação do Coletivo, expressos pelas perguntas: “Quantos somos nós?” e “Podemos nós viver em conjunto?”, utilizados por Latour em substituição à distinção entre fato e valor, de forma “*a realojar mais confortavelmente a diferença capital que ela não chegava a abrigar com o cuidado adequado*” (LATOURE, 2004, p.188). Para o autor, essas quatro exigências objetivam não terminar apressadamente as controvérsias, pondo fim à perplexidade de forma artificial; mas possibilitar que as consultas possam ser feitas no tempo necessário, sem pressa de cronograma; e que a compatibilidade com as proposições existentes possa ser devidamente estabelecida para que, assim, a qualidade do conhecimento gerado por esta abordagem esteja garantida.

Como não há mais a possibilidade desta ajuda “vinda do alto”, onde residiria esta instância tão necessária para o funcionamento desta arena e para a resolução das controvérsias aí presentes? Latour recorre então à política, na figura dos porta-vozes, que designam os intermediários entre alguém que fala e outro que fala em seu lugar. Para isso, ele utiliza a noção de “tradução”, ou traição, ou seja, a noção de que quem traduz é porta-voz, mas também traidor, na medida em que toda tradução é também uma traição ao enunciado que se

quer comunicar. O papel desempenhado por este intermediário no Coletivo busca designar a dúvida completa na sua capacidade de ser de fato porta-voz, que é a capacidade de falar por outros. Assim, os cientistas são os porta-vozes dos não-humanos e, como nos lembra Latour (2004): *“como se faz com todos os porta-vozes, deve-se duvidar profundamente, mas não definitivamente, de sua capacidade de falar em nome de seus mandantes”* (LATOURE, 2004, p.125).

É neste Coletivo com essa conformação que finalmente a ciência e a política podem trabalhar conjuntamente, porém, sem esquecer que não deverá ser mais permitido atribuir aos cientistas a fala dos objetos e aos políticos a fala dos sujeitos. Contrapondo-se a isso, Latour (2004) propõe que tomemos como evidência que o Coletivo passe a ser definido como *“composto de entidades, dividindo traços essenciais, para participar de uma Ecologia Política que não os obrigará nunca mais a se tornarem, sem debate, quer objetos da natureza, quer sujeitos da sociedade.”* (LATOURE, 2004, p.162).

Proponho retomar aqui as duas perguntas que, segundo Latour, podem garantir a representação do Coletivo próprio à Ecologia Política. Primeiramente, a pergunta “Quem somos nós?”, que, no âmbito deste trabalho, pode ser assim traduzida: “Quais são as vozes que hoje se articulam para compor o que chamamos de Fundação Matutu?”. Em seguida, à pergunta “Podemos viver em conjunto?”, proponho traduzir como “Que simplificações têm sido operadas para que a Fundação Matutu apareça como um ‘actante’?”; “Qual o espaço para as novas proposições?”.

Para esboçar algumas pistas que permitam vislumbrar as respostas, proponho associar as ferramentas de Bruno Latour à Cartografia Sentimental, proposta por Suely Rolnik, no intuito de seguir alguns porta-vozes da Fundação Matutu.

## **II – CARTOGRAFIA E SEUS 3 Rs: RECALCITRÂNCIA, RITORNELO E RIZOMA**

Rolnik (2007) postula que “*a prática de um cartógrafo diz respeito, fundamentalmente, às estratégias das formações do desejo no campo social.*” (ROLNIK, 2007, p. 65). Neste contexto, não caberia ao cartógrafo tentar explicar o mundo, ou mesmo revelá-lo, mas sim penetrar nas geografias desses afetos, pois o que ele quer de fato é “*participar, embarcar na constituição de territórios existenciais, constituição de realidade*” (ROLNIK, 2007, p. 65).

Assim, dentro do quadro conceitual da cartografia, pude iniciar a jornada na busca de sentido dos desdobramentos presentes neste caminhar, pois, o que poderia ser desvio e “variável estranha” nos métodos mais “tradicionais” de investigação social, nela se apresentava como o *locus* do desejo. A essa cartografia, escolhi associar os conceitos de recalctrância, ritornelo e rizoma. O conceito de Ritornelo porque representa, de certo modo, meu processo de a(fe)tivação ao Vale do Matutu. Este processo, assim como o Ritornelo, pode ser compreendido como um traçado que, ao mesmo tempo em que avança, retorna sobre si sem nunca se repetir, e onde toda partida pode ser também percebida como retorno. Já o conceito de recalctrância remete a tudo aquilo que impede a dominação e o fechamento do Coletivo, posto que permite aos actantes descartados e/ou vencidos, em dado momento, retornarem à arena do Coletivo, seja denunciando ou apenas se rerepresentando, mas de certa forma impedindo a impostura de um “todo harmônico” cristalizado no tempo e espaço. Esta característica se coloca como de vital importância para mapear os actantes/porta-vozes presentes no embate de forças deste coletivo sociotécnico, chamado Vale do Matutu. Por sua vez, o conceito de Rizoma se apresenta como a expressão mais fidedigna do Vale do Matutu, por conta de suas multiplicidades que brotam de seus substratos disformes e rizomáticos, e que, mesmo não conformando um todo, possibilitam ao cartógrafo transitar neste Vale onde



*“nada mais é fixo; nada mais é origem, nada mais é centro, nada mais é periferia, nada mais é, definitivamente, coisa alguma”* (ROLNIK,2007, p.61) com a desenvoltura que seu “corpo vibrátil” lhe permitir e seus afetos o conduzir. Esta são as únicas condições para se proceder a um trabalho de cartografia.

## **2.1 – Cartografia Psicossocial**

Em seu livro “Cartografia Sentimental”, Rolnik (2007), “antropofagicamente” referenciada em Oswald de Andrade, aponta para uma nova cartografia ao definir a antropofagia como “uma forma de subjetivação”. Pois, seria apenas por meio da presença do outro no nosso corpo vibrátil e das sensações aí produzidas que poderia haver movimentos de afirmação da vida e cartografia, pois *“as cartografias que se seguem trazem marcas dos encontros que as foram constituindo: sinais dos estrangeiros que, devorados, desencadearam direções em sua evolução”*. Como dito por Rolnik:

*“a antropofagia em si mesma é apenas uma forma de subjetivação, em tudo distinta da política identitária. Ela se caracteriza pela ausência de identificação absoluta e estável com qualquer repertório, a abertura para incorporar novos universos, a liberdade de hibridação, a flexibilidade de experimentação e de improvisação para criar novos territórios e suas respectivas cartografias”*(ROLNIK, 2007, p. 19)

Para que isso possa ser feito, Rolnik (2007) apresenta a figura do “corpo vibrátil”, que, segundo ela, seria uma segunda capacidade de nossos órgãos dos sentidos para captar e absorver tudo o que não é objetivo, abarcando as sensações, impressões; ou seja, o intangível presente nas situações, mas nem por isso menos real, ou melhor, menos conformador do Real. Sendo através dessa dupla capacidade que todos nós possuímos, mas que talvez não nos damos conta, que a cartografia Sentimental é possível. O olhar proposto por essa Cartografia é aquele que participa, *“um olhar vibrátil impregnado de forças que se agitam...”* (ROLNIK, 2007, p.15).

Para esta empreitada, não cabe ao cartógrafo a utilização de “protocolos normalizados” com seus procedimentos validados e previamente testados e calibrados. Ele deverá ter como ponto de apoio a certeza de que não existem certezas neste campo de pesquisa, e que ele deverá inventar os instrumentos à medida do contexto; contando com o apoio de sua sensibilidade que precisa ser refinada para absorver o processo de produção da realidade por meio do desejo, de forma que, nesse jogo de forças, do qual ele participa – não como agente externo, um tipo de pesquisador/observador neutro, uma figura quase mítica, como outras abordagens da ciência ilusoriamente acreditam poder existir – integralmente, deixando seu corpo “vibrar” todas as frequências possíveis. Conforme expresso por Rolnik:

*“(...) apreender o movimento que surge da tensão fecunda entre fluxo e representação: fluxo de intensidades escapando do plano de organização de territórios, desorientando suas cartografias, desestabilizando suas representações e, por sua vez, estancando o fluxo, canalizando as intensidades, dando-lhes sentido.” (ROLNIK, 2007, p.67)*

Ao cartógrafo, interessa a sensibilidade na forma de abordar/participar da ação de cartografar, não existindo procedimentos e/ou métodos estabelecidos, daí inevitavelmente surgir a pergunta: “De que instrumentos pode o cartógrafo lançar mão a fim de dar prosseguimento ao seu trabalho?” Rolnik responde que o cartógrafo leva no bolso “*um critério*<sup>8</sup>, *um princípio*<sup>9</sup>, e *um breve roteiro de preocupações*” (ROLNIK, 2007, p.67). O roteiro de preocupações, melhor chamado de “roteiro de indagações” por ROLNIK, dá pistas amplas, como não poderia deixar de ser, para que o cartógrafo possa, a partir de sua sensibilidade, participar da experiência. Para este roteiro, a autora estabeleceu 14 questões a serem consideradas em maior ou menor grau no desenrolar do trabalho. Dentre elas, destaco como importantes para o presente trabalho as que se seguem:

---

<sup>8</sup> Critério: “Grau de intimidade que cada um se permite, a cada momento, com o caráter finito e ilimitado da condição humana desejante” (ROLNIK, 2007, p.224).

<sup>9</sup> “Princípio extramoral: a expansão da vida. Espécie de antiprincípio.” (...) Regra: Nunca esquecer que há um limiar de desterritorialização possível a cada momento de cada existência” (ROLNIK, 2007, p.224).

- a) *Que linhas do desejo predominam na existência que está sendo cartografada? Qual a relação entre as linhas?*
- b) *A quantas anda a primeira linha desta vida? O quanto ela acolhe seus outros – corpos, não só humanos – que vai encontrando pelo caminho, portadores prováveis de sua desterritorialização? O quanto ela é cordial? Em outras palavras, quanto esta vida se mistura, se é que se mistura? O quanto ela faz agenciamentos e de que tipo? De que afetos ela é capaz?*
- c) *Que intensidades estão pedindo sentido, que rupturas pedindo língua para a criação de territórios? Ou seja, quais os índices de suas desterritorializações atuais? (ROLNIK, 2007, P. 225-227)*

## 2.2 - Recalcitrâncias

A erupção de um novo objeto e/ou sujeito no Coletivo é esperado, estimulado, posto que os atores se definem “*como obstáculos, escândalos, como aquilo que suspende a superioridade, que incomoda a dominação, que interrompe o fechamento e a composição do Coletivo*” (LATOURE, 2004, p.150). Ou seja, é nesta insistente tendência à recalcitrância de ser o que são que os atores sociais se revelam e revelam a ação da qual não podem se furtar a participar. Certamente não é mais possível imaginar atores não-humanos como caracterizados pela estrita observância das leis de causalidade, tampouco que os atores humanos seriam motivados por um sentido de liberdade inerente à natureza humana. Isto seria negar a evidência de que, com facilidade, os humanos se calam e obedecem, aceitando de bom grado o papel de objeto e coisa, enquanto, muitas vezes, os não-humanos fazem explodir os laboratórios. Assim, a questão fundamental para Latour (2004) é que se repartam logo as máscaras ou papéis legítimos a cada um, ou como melhor dito por ele:

*“Repartir logo os papéis entre o objeto dominável e obediente de um lado, o humano livre e renitente do outro, é impedir de procurar em que condição, por que prova, em que arena, ao preço de que labor, pode-se, deve-se fazer-lhes mudar as descomunais capacidades de aparecer em cena, como atores completamente à parte, isto é, com aqueles que impedem a transferência indiscutível (da força e da razão), como mediadores, com quem é preciso contar como agentes, cujas virtualidades são ainda desconhecidas”* (LATOURE, 2004, p.151)

A viabilização da investigação dessas “recalcitrâncias”, compreendida como uma *“tomada de posição, que se faz e se abandona, evitando, da realidade exterior, a forma sustentada pelo fato bruto indiscutível”* (LATOURE, 2004, p.153), se dá, desta forma, pelas proposições apresentadas no Coletivo pelos seus actantes. O autor utiliza o termo “proposição<sup>10</sup>” como contraponto ao de “enunciado”, pois este último era utilizado pelos humanos para se referir ao *“mundo exterior, do qual estavam separados por um abismo, que o mínimo ponto da referência procurava transpor sem jamais conseguir completamente”* (LATOURE, 2004, 153). Já a palavra “proposição” *“indica a incerteza e não a arrogância”*, de forma que possa ser partilhada tanto pelos humanos quanto pelos não-humanos no Coletivo.

O Coletivo então precisa estar em estado de alerta, para registrar o apelo dos excluídos. Não que exista uma moral o obrigando a isto, mas é que ele sabe que *“moral nenhuma autoriza a excluir definitivamente”* e que *“toda experiência produz excluídos que será necessário, um dia ou outro, pagar”* (LATOURE, 2004, p.322). Pelo movimento da recalcitrância, no momento seguinte, esta conta chegará, ou seja, *“os excluídos poderão colocá-lo em perigo no golpe seguinte”* (LATOURE, 2004, p.323). Daí a necessidade de as experimentações no Coletivo levarem em conta o maior número de seres possíveis, atento à composição que o levará à iteração seguinte. Afinal *“a ordem e a beleza que o grego associa à palavra cosmo não definem, portanto, a totalidade, mas a curva de aprendizagem”* (LATOURE, 2004, p.323).

Outra questão para que este Coletivo possa funcionar passa pela substituição do conceito de “essência<sup>11</sup>”, que, pelo seu próprio peso inerente, de certa forma impossibilitaria a

---

<sup>10</sup> *“designa a articulação pela qual as palavras tomam conta do mundo. Um rio, um buraco negro, um sindicato de pescadores de linha, como também um ecossistema ou um pássaro raro, são proposições”* (LATOURE, 2004, p.181).

<sup>11</sup> *Termo da metafísica que recebe aqui um sentido político; (...)há muitas essências, mas que são adquiridas pela instituição ao início de um processo explícito que lhes dá durabilidade e indiscutibilidade enquanto se prendem os atributos à sua substância”* (LATOURE, 2004, p.376).

formulação de propostas ou algum desfecho razoável em uma controvérsia, “*a não ser que elas insistissem até o esgotamento do adversário*” (LATOURE, 2004, p.158). Alternativamente, no lugar de “essência”, Latour (2004) propõe o termo “hábito”, compreendido como “*uma propriedade das proposições, antes que as operações do Coletivo não as tenham instituído de modo duradouro como essências*” (LATOURE, 2004, p.377). Assim, o Coletivo passa a ser regido não mais pelas certezas duras concernentes às disputas envolvendo ciência x política, sujeitos x objetos, natureza x sociedade, transcendência x imanência; agora, o que passa a valer são três incertezas: (i) a da pergunta “quem fala?”; (ii) a das questões da associação “quem age?”; e a da recalcitrância dos acontecimentos “quem pode?” (LATOURE, 2004, p.159).

### 2.3 – Ritornelo

Para Deleuze e Guattari, citado por Pinto (2007), o ritornelo não é outra coisa senão um movimento de retorno da diferença. A autora, em sua tese de doutorado, descreve ritornelo não apenas como uma repetição de um elemento, conforme a definição literal enquanto artefato musical, ou seja, um símbolo que demarca certo trecho em uma partitura que deverá ser repetido, mas sim, como o “*modo com que se escolhe um centro, se funda um centro e se desenha um lugar*” (PINTO, 2007, p. 52), acrescentando que:

*“uma repetição em música pode se referir tanto à reiteração de um som (repetições de frases, de notas ou de sonoridades específicas dentro de um enunciado musical), quanto à recorrência de um acontecimento qualquer associado a uma experiência sonora e musical passada (repetição de emoções, de associações, de sentimentos e lembranças provocadas pelo fato sonoro).”* (PINTO, 2007, p.45)

Assim, o movimento do ritornelo seria responsável pela criação de territórios Coletivos, que seriam criados com ritmos e sonoridades, seja pela expressão de alegria, de trabalho, de marchas, assim como de amor, angústias e medo que caracterizam o lugar. Pois,

como dito por Pinto, “*qualquer um desses motivos pode contribuir para a produção de territórios Coletivos, criados com ritmos e sonoridades, tais como as batidas sincopadas do samba, a sonoridade anasalada das vozes das lavadeiras, os cantos de trabalho, as excelências.*” (PINTO, 2007, p. 51). Ou ainda, conforme dito por Guattari, “*cada indivíduo, cada grupo, cada nação equipa-se assim de uma série de base de ritornelos conjuratórios*” (GUATTARI, 1988, p.103), pois o que caracteriza um território é a existência dessas qualidades sensíveis que, ao deixarem de cumprir os objetivos meramente funcionais, passam a ser encaradas como traços de expressão de um lugar, de um território, ou seja, viram expressões territoriais. Esta ampliação da função dessas ações, que se lançam do campo individual para o campo do Coletivo/territorial possibilitada pelos agenciamentos do ritornelo, é a melhor definição da força e do poder do som e da música no processo de territorialização.

Conforme dito por Pinto:

*“O ritornelo possibilita a existência de agenciamentos organizados em componentes dentro do próprio território (intra-agenciamento): a angústia, o medo, a alegria, o amor, o trabalho, e de agenciamentos organizados em direção a outros agenciamentos, ou a outro lugar (inter-agenciamento): produção de territórios Coletivos, criados com ritmos e sonoridades”* (PINTO, 2007, p. 56)

O ritornelo se presta a muitos papéis, ou direções. Ao mesmo tempo em que ele é agente, ou possibilita agenciamentos de territorialização, expressado na busca de território, em um “eterno retorno” de busca de significado e pertencimento a um grupo, uma comunidade, um lugar; ele também possibilita o inverso, que é a desterritorialização (ou partida), na qual o território pode “*engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir*” (PINTO, 2007, p.61). O que, segundo Zourabichvili pode ser expresso como:

*“a reterritorialização, correlato da desterritorialização, nunca é um retorno ao mesmo. Não há chegada, nunca há se não um retorno, mas regressar é pensado numa relação avesso-direito, recto-verso com partir, e é ao mesmo tempo em que se parte e se regressa.”* (ZOURABICHVILI, 2004 apud PINTO, 2007, p. 61)

## 2.4 – Rizoma

Deleuze e Guattari (1995) utilizam o conceito de rizoma para expressar um meio, sem começo nem fim, mas conectado a qualquer parte, cujas partes não precisam ser da mesma natureza para se efetivarem. A idéia de rizoma diferencia-se da de árvore na medida em que “*não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas*” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.17).

O avanço do conceito de rizoma parece estar nessa possibilidade, a princípio anárquica, de tudo autorizar, pois como dito por Pinto, “*o avanço significativo é dado pelo encontro imprevisível, na reavaliação do conjunto a partir de um ângulo inédito.*” (PINTO, 2007, p. 69).

No primeiro volume do livro “Mil platôs”, Deleuze e Guattari apresentam alguns princípios que descreveriam o funcionamento e a estrutura maquínica de um rizoma:

*-Princípio de conexão e heterogeneidade – qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve fazê-lo.*

*-Princípio da multiplicidade – (...)multiplicidades possuem unicamente determinações, tamanhos, dimensões. As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras.*

*-Princípio da ruptura a-significante<sup>12</sup> – um rizoma<sup>13</sup> pode ser rompido, quebrado em qualquer lugar, e também retoma segundo uma outra de suas linhas e segundo outras linhas. Não há cortes que sejam especialmente significantes, há linhas de segmentaridade dentro das quais um rizoma pode ser territorializado(...). As linhas de desterritorialização igualmente o compõe.*

*-Princípio de cartografia e de decalcomania – Um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 74)*

---

<sup>12</sup> Termo utilizado para descrever semióticas diretamente conectadas com seus referentes no quadro de uma interação diagramática. Exemplo: escrita musical, corpus matemático, sintaxes informáticas (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

<sup>13</sup> Rolnik (1989) faz uma importante separação entre os conceitos de mapa utilizado no princípio de cartografia do rizoma e o de mapa utilizado na cartografia, pois, segundo a autora, “*a cartografia é diferente de mapa, já que a cartografia é um desenho que se faz ao mesmo tempo em que acontecem os movimentos de transformação na paisagem.*” (ROLNIK, 1989, p.15).



Figura 4 – Fotografia de um rizoma (Vale do Matutu-MG, 2007)

A foto acima registra a primeira vez que encontrei um rizoma (físico) em sua plena expressão. Ela foi retirada em um passeio com G.F. na área recém “jardinada”<sup>14</sup> por ele na floresta sob o Paredão do Matutu. Sob uma árvore caída, de aproximadamente 12 metros, vítima da tempestade da noite anterior. Sobre um pedra lisa encontrei, um rizoma, na forma de um “tapete” levantado pela queda da árvore, expondo um substrato disforme, gerador e sustento de inúmeras formas de vida, comprovado pela existência da árvore (caída mas viva), como também de outros inúmeros arbustos e parasitas.

O fato fundamental de caracterização como rizomático desse “tapete” orgânico foi a constatação de que, horas depois da queda da árvore, muitos brotos já germinavam na parte recém exposta do rizoma; que apesar de “desterritorializado” – tinha perdido a base que o sustentava e lhe dava coesão – posto que colocado de ponta-a-cabeça, germinava vida de forma intensa. Assim, ao se materializar na minha frente este conceito, pude visualizar o que

---

<sup>14</sup>Cf. Item 3.3.5 deste trabalho - técnica de agroecologia desenvolvida por G.F.



significa a afirmação de Deleuze e Guattari (1995) de que, para um rizoma existir, territorializar-se, precisa de muito pouco: “*no coração de uma árvore, no oco de uma raiz ou na axila de um galho, um novo rizoma pode se formar.*” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.24).

Assim, esses conceitos, considerados como marcos referenciais, é que permitem ao cartógrafo<sup>15</sup> averiguar o rumo e direção em que seus afetos o estão conduzindo. Utilizando-me, pois, das “muitas máscaras do cartógrafo” (ROLNIK, 2007, p.71), posso agora revisitar este lugar, não mais como turista, visitante ou morador/proprietário de terras, mas como cartógrafo na busca da criação de sentido para esta jornada.

---

<sup>15</sup> “(...) ele não “revela” sentidos (o mapa da mina), mas os “cria”, já que não está dissociado de seu corpo vibrátil.” (ROLNIK,2007, p.71)

### III – ESBOÇO DE UMA CARTOGRAFIA DA FUNDAÇÃO MATUTU

Cartografar uma experiência coletiva é, antes de tudo, um exercício de escolhas. Escolha dos porta-vozes, do recorte temporal que será objeto de estudo e das situações ou agenciamentos que deverão dar a tessitura da narrativa, ou seja, uma lista grande de escolhas, de caminhos e sendas a seguir. Contudo, como mostra a Ecologia Política, essas versões podem ser solapadas na iteração seguinte, seja por um movimento de recalitrância de um actante que retorna à arena do Coletivo, como por um movimento de ritornelo, onde um sentimento/agenciamento faz uma erupção, desterritorializando o espaço registrado na cartografia, até então equivocadamente percebido como estável por aqueles que desconhecem as forças operantes na dinâmica de um Coletivo.

Estas considerações só reforçam a importância do registro, da coleta das versões, vista não como ilusão de se abarcar o todo, mas como compreensão de que, mesmo este trabalho acadêmico tem seus agenciamentos; e que, uma vez iniciado o movimento de coleta na rede, ele assume vida própria, não cabendo mais ao autor a imputação de culpa ou glória pelos resultados das iterações/agenciamentos futuros de que ele irá participar ou que irá engendrar.

Começo este percurso com o que chamo de “*blind date*”, pois foi exatamente como um encontro às cegas que iniciei esta busca não de sentidos fixos, mas de afetos. Em seguida, apresento algumas vozes que “falam” em nome da Fundação Matutu, na expectativa de que essa polifonia nos conduza ao que chamo de esforço de uma cartografia.

### 3.1 Blind Date – Encontrando o Vale do Matutu

Busquei basear a pesquisa sobre esta experiência coletiva da constituição e funcionamento da Fundação Matutu a partir do primeiro dia que ouvi falar do Vale do Matutu. Única forma de lidar com a complexidade da realidade que teimava em se mostrar como fluxo, como movimento, solapando recorrentemente as certezas que possuía quando iniciei esta jornada.

Julho de 1999, em um final de semana comum, saio do Rio de Janeiro em direção a Tiradentes – MG. Estava eufórico, como alguém que vai a um desses encontros arranjados – um *blind date*. Não sabia o que encontrar, já estava de antemão tudo acertado. Iria para Tiradentes primeiro e, de lá, no carro de L., iria finalmente conhecer o tal Vale do Matutu, para, assim, comprovar se esse Vale teria mesmo “a minha cara”, como algumas vezes me tinham dito.

Chego à cidade de Tiradentes (MG) e encontro meu amigo taxista L., com sua esposa e filha. Após os cumprimentos, partimos em seu táxi (alugado por mim especialmente para essa viagem) naquela jornada rumo ao meu destino. Três horas depois, chegamos à cidade de Aiuruoca (MG) e, de lá, seguindo as indicações e após mais 17 km de uma das piores estradas de terra já vista<sup>16</sup>, entramos pela primeira vez no Vale do Matutu. Seria ali? Já chegamos? Onde é que ele começa? Estas perguntas passavam pela minha cabeça enquanto o táxi de L. ia avançando, literalmente, aos trancos e barrancos.

Chegamos ao Matutu em uma tarde de sol, não sabíamos ao certo onde começava o Vale, mas lembro, ainda antes de entrar nele, do impacto que a visão da Pedra do Papagaio, um monolito de granito que se eleva a quase 500 metros desde sua base, base esta já alta, a mais de 1500 m de altitude; foi como um marco de que tudo o que haviam me dito sobre o

---

<sup>16</sup> Hoje a estrada está muito melhor, continua uma estrada de terra, mas a conservação melhorou consideravelmente.

lugar fazia sentido. Àquela visão de tirar o fôlego, muitas outras se somaram no caminho e, a cada curva, a cada obstáculo vencido, descortinava-se uma paisagem diferente, bela e forte, com um ar de interior que, a todo instante, me fazia lembrar de Guimarães Rosa. Tempos depois, foi fácil compreender porque estas mesmas paisagens encantaram o naturalista francês *Saint Hilarie*, 200 anos antes, a ponto de ele ter registrado a impressão causada em seus registros de viagens ao sertão de Minas Gerais.

Quando entramos no Vale propriamente, fomos avançando lentamente, em parte em função da estrada, e também pela beleza do lugar. Do lado esquerdo do carro, avisto três cachoeiras em um paredão rochoso, que soube mais tarde se tratar de uma cachoeira, mas com três quedas, chamada, apropriadamente, de “Cachoeira das Três Marias”, mas mesmo ali, ainda não era o Matutu, e, conforme soube algum tempo depois, se tratava do bairro da Pedra, e que o Vale do Matutu ficaria mais adiante, “logo ali”, como diz o mineiro. Assim, sem querer, o Vale do Matutu ficou sendo todo aquele território; ignorei os limites dos bairros, e fiquei, como bom geógrafo, com a micro bacia inteira, a micro bacia do Ribeirão do Água Preta, conforme vim saber muitos anos depois. Mas as divisões existem, e, por mais imperceptível que possam parecer aos olhos do turista, elas podem ser e são, neste caso, muito grandes aos olhos dos moradores, ditos “locais”.

Avançamos mais alguns quilômetros e então, após uma curva, avistamos uma pequena casa verde, antiga, simples e bela, como um quadro do Guignard se destacando sobre um pequeno platô – esta casa, como mais tarde vim a saber, pertence a J., um artesão nativo, e é hoje cercada por rosas mosquetas plantadas por ele. Após mais um “mata-burro”, chegamos ao ponto final, pelo menos para o carro, ao Casarão do Matutu. Como não tínhamos referências, seguimos as poucas existentes, na direção da que era, até então, uma das poucas pousadas do Vale, a pousada do Matutu, mantida por C., um dos primeiros “de fora” a habitar o Vale do Matutu.

A vista dessa pousada é como a vista do Rio de Janeiro da perspectiva de Niterói. Pois, frente a ela, descortina-se um gigantesco paredão com uma bela cachoeira no centro, além da vista da cachoeira das Três Marias; e, somando-se a esta, une-se imponente a majestosa Cachoeira do Fundo, que, do alto de seus mais de 74 metros de queda, mostra o porquê deste vale se chamar Matutu, ou “nascentes sagradas”, na língua dos índios Puris<sup>17</sup>.

Ao chegarmos à pousada, vimos o que seria um pouco a tônica desta visita ao Vale. A pousada possui entre seus atrativos uma paineira gigantesca, próxima a uma capela ecumênica, com quartos simples, e com um “quê” de retiro espiritual. Esta é, há mais de 20 anos, uma das grandes referências do Matutu como lugar de repouso e meditação.

De lá, partimos para uma rápida exploração do fundo do vale, formado por um planalto coberto por imensos gramados, ladeados por araucárias, serpenteado por rios de água cristalina, e ao fundo, onipresente, o barulho de cachoeiras e água corrente, algumas despencando do alto de paredões e outras cortando uma vegetação exuberante de mata atlântica de alta montanha. Realmente um Vale muito especial. Eu que já tinha viajado muito por lugares no Brasil, creio que nunca tinha encontrado em um mesmo lugar tanta beleza cênica reunida em uma área relativamente pequena (aproximadamente 23 mil ha. – o equivalente aos bairros de Botafogo e Copacabana juntos). Lembro daqueles quadros do Rio de Janeiro no tempo da descoberta, de como seria linda a cidade com construções esparsas e apenas a força da natureza dominando a paisagem. Paisagem como aquela em um lugar tão pequeno só tinha visto em Fernando de Noronha. Daí em diante quando me referiria ao Matutu, e não queria falar muita coisa dizia: *Ah, Matutu é a Fernando de Noronha da Serra da Mantiqueira.*

---

<sup>17</sup> Primeiros habitantes da região, logo exterminados pelos Bandeirantes e colonos que utilizavam estas serras para a criação de gado para alimentar as cidades Mineiras no Ciclo do Ouro do Séc. XVIII.

Como não tínhamos programado ficar no Vale, terminamos a caminhada ao fundo do Vale (na verdade só conseguimos chegar ao meio do Vale) e depois seguindo informações subimos uma ladeira íngreme em direção à oficina da Comunidade do Matutu, ligada à doutrina do Santo Daime – este é o outro motivo de o Matutu ser conhecido, pois muitas pessoas que o visitam querem conhecer a Comunidade e perguntam o que precisam fazer para tomar o chá de Ayuasca<sup>18</sup>. Como soubemos ali, o chá só é servido em “trabalhos” em datas específicas, sendo desencorajado pelos moradores da comunidade este tipo de turismo. Esta nossa ida à comunidade não passou de uma rápida olhada nos objetos expostos, o tempo suficiente para aprender um pouco de sua história.

Hoje lembro que este foi o primeiro contato inusitado, de uma série de muitos, que passei a travar com o Vale do Matutu. Não sabia até então, mas naquele momento o encontro se deu trazendo junto à confirmação da previsão feita por alguns, anos atrás: “aquele lugar era a minha cara” e ali eu iria escrever algum capítulo de minha história. Este esboço de uma cartografia do Vale do Matutu é, assim, uma tentativa de expressar alguns dos sentidos dessa história, uma trajetória que completa agora, em 2008, 10 anos.

Todos que me conhecem sabem do meu entusiasmo quando falo do “Matutu”. No retorno desta visita, acabei por conseguir que um amigo, que trabalhava com grupos de turismo ecológico, examinasse a possibilidade de levar seus grupos também para lá. Foi assim que, meses depois, em um daqueles feriados de novembro de 1999, voltei ao Vale do Matutu,

---

<sup>18</sup> A ayuasca, também conhecida como Santo Daime, Caapi ou Vegetal, é o nome de um chá de duas ervas usado em rituais religiosos ou com fins terapêuticos. As ervas misturadas são o *Banisteriopsis caapi*, um cipó, também conhecido como Mariri, que representa a força e a masculinidade; e a *Psicotria viridis*, ou chacrona, um arbusto meio parente do café, que representa a luz e a feminilidade. Seu cozimento proporciona a união (nunca a mistura, alertam os especialistas) das propriedades das duas plantas, pela força da água e do fogo. Seus efeitos são conhecidos há cerca de 3 mil anos e o chá é muito usado entre os povos da floresta, na região amazônica, onde é considerado o mais eficiente dos instrumentos do pajé. A beberagem é reconhecida e aprovada pelo Conselho Nacional de Entorpecentes do Governo Federal desde 1985 e registrada como medicamento. Patenteado nos Estados Unidos, é usado por médicos no tratamento contra a depressão e a dependência de drogas. Fonte: Revista Galileu, ano 8, n. 86. Ed. Globo, Rio de Janeiro, 1998.

dessa vez como parte do primeiro grupo de turismo do Rio de Janeiro a ir lá, levado pela Jequitibá Turismo Ecológico<sup>19</sup>.

Partimos do Rio em uma quinta-feira à noite, e depois de 7 horas de viagem, chegamos à pousada Pé da Mata, no bairro da Pedra, vizinho ao Vale do Matutu. Uma sopa nos esperava sobre o fogão de lenha, como uma primeira mostra da acolhida que teríamos no Vale ao longo dos anos seguintes. Esta viagem não nos limitaria aos passeios do Vale apenas, mas poderíamos conhecer, graças ao nosso guia C., uma parte importante da Reserva do Matutu, o alto da Serra, a Macieira e o mirante do Canjica, até hoje visitada por poucos - a maioria dos turistas frequenta apenas os lugares mais famosos que, no caso do Vale do Matutu, são: o Pico do Papagaio; a Cabeça do Leão; a cachoeira dos Macacos; a cachoeira do Fundo e a cachoeira das Fadas. Assim, depois de três horas e meia de caminhada, atingimos o platô da Macieira e, ao chegarmos lá, saindo da mata fechada, tivemos uma visão indescritível, pois nuvens cobriam toda a extensão do campo e, entre estas brumas, surgiam vultos de cavalos, pastando aqui e ali, como espectros etéreos, fundindo-se à paisagem salpicada de flores sempre-vivas, que se estendiam e se perdiam nessa névoa dourada, fruto de uma luz suave que só aquele manto de nuvens possibilitava, dando àquela manhã um quê de onírico e sublime que me marcou para sempre.

A sensação de calma e plenitude que essa imagem gerava, após a caminhada, era apenas uma amostra do que estava por vir, e todos nós, sem combinar, em silêncio, jogamos de imediato as mochilas para o lado e deixamos nossos corpos caírem no chão de braços abertos, olhando aquele céu tão próximo, como que afundando, ou melhor, mergulhando naquele tapete florido, como se estivéssemos atendendo a uma necessidade ancestral de nos fundirmos àquilo tudo; de fazer parte da paisagem, que de tão bela exigia mais e mais dos nossos sentidos.

---

<sup>19</sup> Desde então, este roteiro faz parte da programação regular desta empresa.

Ainda, neste feriado, fizemos um passeio à cachoeira do Fundo. Chegando lá, resolvemos conhecer a vista por sobre a cachoeira, o que daria mais uma hora de subida; fomos todos, com alguma dificuldade, pois em alguns trechos a trilha estava bem fechada. Lá de cima se tem uma das mais belas vista de todo o Vale do Matutu, podendo-se perceber a forma de ferradura que conforma o Vale, tendo o Pico do Papagaio demarcando o lado Noroeste, e o morro da Cabeça do Leão no lado Nordeste. A cachoeira fica ao Sul, dividindo o Vale em duas partes, uma esquerda, com cachoeiras e a Reserva do Matutu, e a parte da direita, mais baixa e sem córregos perenes, por não contar com grandes planaltos no topo da serra comuns no lado esquerdo. Dividindo essas duas vertentes, drenando toda esta micro-bacia, encontra-se o córrego da Água-Preta, afluente do rio Aiuruoca, que dá nome ao município, da qual o Matutu é um bairro. O rio Aiuruoca é conhecido por ser o rio com a nascente mais alta do Brasil – nasce acima dos 2600 m, no planalto das Agulhas Negras no Parque Nacional de Itatiaia, vizinho ao Parque Estadual da Serra do Papagaio, da qual uma parte importante da Reserva do Matutu é limítrofe.

Para minha surpresa, avistei lá em cima uma mata ciliar primária de araucárias. De onde estávamos só podia se podia avistar as copas, como quem olha um brócolis na banca da feira. Realmente, ali era um bosque primário de araucárias, conhecido pelos locais como o Pinheiral<sup>20</sup>. Após o lanche e um merecido descanso na beira do rio, convenci o guia a me autorizar a entrar no bosque. O que chamou primeiramente a minha atenção foi o fato de que este bosque, por ser muito antigo, é formado por árvores velhas, com troncos grossos, espaçados uns dos outros, e cujas copas altíssimas filtravam a luz do sol, cobrindo tudo com um penumbra densa. Fui adentrando mais e mais naquele labirinto, reparando naquele chão

---

<sup>20</sup> Toda esta região do Sul de Minas era domínio de araucárias, e, ao longo do último século, foi praticamente devastada, dando lugar a pastos. Este bosque no fundo do Vale do Matutu é o remanescente do que um dia foi uma das florestas mais importantes e exuberantes do País.



coberto do que poderia ser descrito como uma turfa espessa, formada pelo acúmulo de séculos de queda de folhas, flores, pinhas e galhos apodrecidos, reciclados em solo fértil.

Caminhar nesta floresta é uma experiência inebriante provocada por sensações sutis, como o cheiro acre de madeira ancestral, de folha em decomposição, e tudo ladeado por líquens, bromélias e orquídeas em profusão que, em guirlandas, enfeitavam o alto das árvores, uma atmosfera densa, expressa pela névoa aprisionada naquele micro-clima tão raro. Só então me dei conta de que não estava escutando som algum naquele lugar, nem o das águas do rio que o serpenteia, metros abaixo do piso de turfa, nem de mais nada. Fiquei, a princípio, sem compreender aquilo: onde estava o barulho dos pássaros, do rio, da mata? Nada, nenhum som. Resolvi ir lá fora, na borda da mata. Pronto! Que alívio, os sons estavam lá, onipresentes. Voltei de novo, entrei alguns metros no bosque, e o som desaparecia, como que por encanto. Penso que aqueles metros de turfa, associados ao formato desse bosque, ocupando um fundo de uma gruta, de alguma forma produziam aquele efeito de isolamento acústico de um estúdio, absorvendo o som interno e externo.

Foi assim que, ao retornar ao grupo para iniciarmos a volta para a pousada, me sentia como portador de um segredo, e só pensava em o que fazer para poder vir com mais independência a este lugar, sem precisar depender da agenda da equipe de eco-turismo. E que, de alguma forma, eu precisaria fazer alguma coisa para ajudar a conservar aquele lugar, que, em tão pouco tempo, tinha me dado tanto.

Na volta ao Rio, um único pensamento ocupava minha mente: como fazer para voltar ao Vale do Matutu? Para isso, comprei um carro do tipo 4x4 que seria, ao longo destes anos, o artefato sociotécnico que iria possibilitar boa parte dos agenciamentos desta empreitada. Assim, com o intermédio de C., articulo o aluguel de um sítio no meio do Vale, o sítio do Gavião. O Vale do Matutu, para mim, neste início não era tanto as pessoas, mas sim o lugar; eu registrava o que se falava mas procurava não tomar partido, e sim ir me mantendo à

margem dos acontecimentos, observando, aprendendo, seguindo adiante. Assim, sem perceber, fui criando vínculos, primeiro com o lugar em si e, aos poucos, fazendo um amigo aqui, outro ali; fui conhecendo as pessoas, estabelecendo laços que as dificuldades do lugar ajudam a fortalecer. É nesta etapa que eu chego ao Matutu, e por alguns anos me mantenho ausente das questões, colocando-me equidistante como um turista/visitante eventual.

Quando finalmente percebo que a minha história no Matutu seria de longa duração, inicio um processo que chamo de “qualificação profissional” para poder chegar até a Fundação Matutu. Na ocasião, já enxergava na Fundação Matutu, a instituição com o trabalho mais consistente e organizado no Vale. Assim, para ter algo a oferecer em contrapartida, caso me aceitassem como colaborador voluntário, fui buscar fazer cursos ligados ao Terceiro Setor, iniciando por capacitação em gestão de ONGs, e, posteriormente, uma pós-graduação (MBA) em Responsabilidade Social e Terceiro Setor, onde a Monografia de final de curso teve como tema a implantação de um modelo de gestão na Fundação Matutu. Naquele momento, a Fundação Matutu, como de resto todo o Vale e a Serra da Mantiqueira, estavam enfrentando uma verdadeira guerra<sup>21</sup>, por conta de confrontos com o IBAMA, em torno de questões fundiárias da APA da Mantiqueira. Isto obrigou a Fundação, em resposta, a se profissionalizar para assumir um papel de protagonismo regional no âmbito de toda a Serra da Mantiqueira, em defesa dos interesses coletivos e da Gestão Participativa. Tive, assim, a sorte de entrar para a equipe de colaboradores da Fundação, exatamente nesta fase.

Hoje, possuo uma casa no Vale do Matutu. É lá que meus afetos se dão. É para lá onde eu penso em voltar, de qualquer lugar que esteja. Assim foi que, desta busca por um lugar, acabei indo mais longe do que tencionava inicialmente chegar. Pois, de visitante periódico passei a ser morador esporádico, depois proprietário de um sítio, encostado à Comunidade da

---

<sup>21</sup> Cf. item 3.3.1 deste trabalho

Reserva, onde construí, ao longo destes últimos anos, a minha casa, e para onde pretendo me mudar em breve.

Ao longo destes anos, fui adquirindo uma visão geral ampla do lugar e suas geografias, e também das transformações por que passaram o Vale, a Fundação Matutu e seus moradores. De forma que, ao buscar fazer o recorte deste trabalho de cartografia no Vale, uma questão se destacava: dentre os vários actantes/porta-vozes do Vale do Matutu, qual deles escolher? Ciente de que escolhas são também processos arbitrários de exclusão, e referenciado no princípio da recalcitrância – que nos diz que nenhuma exclusão de um actante no Coletivo é definitiva, pois eles retornam em algum momento futuro – selecionei como actante a ser cartografado, a Fundação Matutu. Não apenas por ser esta Fundação uma das primeiras organizações de cunho Coletivo criada no Vale, mas também pelo fato de que foi por intermédio dela que vozes do vale foram ouvidas no embate de forças no processo de territorialização x desterritorialização ocorridas ao longo dos últimos anos.

### **3.2 A Fundação Matutu por ela mesma**

Nesta altura, considero importante trazer a “versão oficial” da Fundação Matutu, tal como ela se apresenta institucionalmente, entendendo que esta versão é o resultado de um jogo de traduções e negociações razoavelmente estabilizado<sup>22</sup>. A Fundação Matutu foi criada por membros de uma comunidade de migrantes urbanos existente há mais de 23 anos na Serra do Papagaio, município de Aiuruoca, que vieram se instalando na região, trazendo várias habilidades e técnicas e buscando parcerias com a população local, que tinha na pecuária leiteira e agricultura de subsistência sua única base econômica.

---

<sup>22</sup> A esta apresentação – não como contra-ponto mas buscando sua complementação – apresento três relatos significativos de três dos principais atores responsáveis pela constituição da Fundação Matutu. Os relatos não poderiam ser mais diferentes e, ao mesmo tempo, mais complementares; como atores conscientes da posição que ocupam no cenário, apresentam seus pontos de vista de um ângulo que poucos que visitaram este Vale tiveram a chance de participar.

A missão da Fundação Matutu está descrita em seu Estatuto como: “*desenvolver e apoiar novos modelos de vida onde aspectos de cooperação social, desenvolvimento sustentável e conservação dos recursos naturais se conciliem, resultando em assentamentos humanos integrados à Natureza e solidariamente responsáveis*”, e no seu Estatuto constam as seguintes finalidades, descritas nos Capítulos I e II, a seguir:

§ 1º - A **Fundação Matutu** tem finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades, vedada à distribuição, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores ou doadores, de eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

§ 2º - É vedada a distribuição de bens e parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.

**Art. 2º** - A duração da **Fundação Matutu** será por tempo indeterminado.

## **CAPÍTULO II – Das Finalidades**

**Art. 3º** - A **Fundação Matutu** tem por finalidade:

- I. Promover o aprimoramento humano;
- II. Promover o desenvolvimento sustentável;
- III. Defender, preservar e conservar o meio ambiente e a biodiversidade, privilegiando sua dotação inicial, localizada na Serra do Papagaio, Aiuruoca, Minas Gerais, Brasil e áreas que a ela forem incorporadas;
- IV. Promover a cultura;
- V. Resgatar, defender e preservar os patrimônios: histórico, arqueológico, espeleológico, cultural artístico e ambiental;
- VI. Experimentar novos modelos socio-produtivos e sistemas alternativos de produção, comércio, emprego, crédito e renda;
- VII. Promover estudos e pesquisas relativas às finalidades da FUNDAÇÃO;
- VIII. Desenvolver e implementar tecnologias, produzir e divulgar informações, conhecimentos técnico-científicos afins.

§1º - As finalidades serão atingidas mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

§ 2º - Na implementação das finalidades, a **Fundação Matutu** poderá celebrar acordos, parcerias, contratos e convênios com pessoas físicas ou jurídicas nacionais e/ou estrangeiras.

*Art. 4º - Para o cumprimento das suas finalidade, a FUNDAÇÃO desenvolverá preferencialmente as seguintes atividades:*

- I. Criação de escolas, núcleos educacionais e núcleos de monitoramento;*
- II. Gerenciamento, vigilância, e manejo de ecossistemas em áreas de sua propriedade e/ou em outras áreas de conservação ambiental;*
- III. Implementação de projetos que visem criar e/ou harmonizar sistemas socio-produtivos, propiciando meios auto-sustentáveis de mútua subsistência;*
- IV. Promover a criação e fortalecimento de cooperativas/associações ou organizações afins;*
- V. Estimular e contribuir para a criação, adequação e sistematização de legislação nos níveis municipais, estaduais e federal, visando instrumentalizar a sociedade para promover o desenvolvimento sustentável;*
- VI. Editar, publicar e divulgar materiais informativos, educacionais, promocionais, culturais e técnico-científicos;*
- VII. Organizar e promover eventos;*
- VIII. Implementar rede de intercâmbio com organizações governamentais e não governamentais nacionais e/ou estrangeiras;*
- IX. Prestar serviços de consultoria, instrutoria e assessoria;*
- X. Realizar estudos e pesquisas;*
- XI. Criação e gerenciamento de sistemas de informações, através do desenvolvimento de metodologias;*
- XII. Desenvolver, organizar e implantar planos de trabalho, planos de manejo e atividades afins.*

A proposta dos membros desta comunidade, e que serviu de base para a instituição da Fundação, é o convívio harmônico com os ecossistemas silvestres, o desenvolvimento de uma economia local e um contínuo processo de aprendizagem. O enfoque educacional é predominante nessa experiência e engloba aspectos ecológicos, agrícolas, científicos, cooperativistas, éticos, artísticos e espirituais. Ao longo dos anos, a comunidade do Matutu, estabeleceu uma escola, desenvolveu uma arquitetura de baixo custo, integrada à paisagem, reflorestou bosques de araucárias e outras árvores nativas na área residencial e de entorno da Reserva, incubou iniciativas associativistas, com o resgate de técnicas tradicionais de artesanato, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento turístico do município de Aiuruoca.

Ao longo dos anos, a Fundação estabeleceu uma estratégia de atuar localmente na micro-bacia do Ribeirão da Água Preta e a partir da Reserva Natural Matutu, área sobre sua proteção, para ampliar em círculos concêntricos seu trabalho, abrangendo a sub-bacia hidrográfica do Rio Aiuruoca, o Parque Estadual da Serra do Papagaio, a APA da Serra da Mantiqueira até atingir a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, área reconhecida pela UNESCO e que conta com zona núcleo nas montanhas da Reserva Matutu.

Página 6 Correio do Papagaio

Educação Ambiental

Semana de 16 a 23 de fevereiro de 1996

# Fundação Matutu

## UMA CONQUISTA PARA AIURUOCA



Foi instalada em 04 de agosto de 1995, no Vale do Matutu e Serra do Papagaio, município da Comarca de Aiuruoca, a Fundação Matutu.

Trata-se de Fundação voltada para a defesa e educação ambiental e preservação da cultura regional, bem como direcionada para o estudo, a prática e aprendizado de ofícios, artes e artesanato. O cultivo, proteção e uso adequado do solo são, também, objetivos da Fundação.

Está localizada a 18 Km de Aiuruoca, no Vale do Matutu, num lugar paradisíaco, um vale de araucárias circundado em quase 360° pela Serra do Papagaio e por uma reserva virgem da Mata Atlântica, de onde brotam lindas cachoeiras.

Vive na região uma comunidade cosmopolita, ecumênica, naturalista, solidária, ética, apartidária e transideológica.

A experiência demonstra que é possível alcançarmos a felicidade temporal. Só depende de nós.

Vale a pena conhecer a Fundação Matutu.

Fraternalmente,

Dr. Cássio Eduardo  
Rosa Resende  
Promotor de Justiça  
Coordenador da Fundação

Figura 5: Fundação Matutu – Uma conquista para Aiuruoca. (Fonte: Jornal Correio do Papagaio. p .6 Seritinga -MG, fev/1996)

Mais do que propor modelos prontos, a Fundação Matutu experiência soluções e partilha os resultados como única forma de fazer frente à acelerada transformação do meio. Ela busca ter o ser humano, os recursos hídricos e a biodiversidade como referências básicas de articulação com as várias Unidades de Conservação, pretendendo assim, estabelecer

diretrizes que conciliem interesses e que, acima de tudo, cumpram uma ética comprometida com a qualidade de vida para todos e o patrimônio natural para as futuras gerações.

A Fundação Matutu é hoje uma instituição com título de Organização Social Civil de Interesse Público - OSCIP Federal. Ao longo desses anos, tem se consolidado como uma instituição de caráter local e regional, tendo desenvolvido trabalhos tanto no âmbito da micro-bacia em que está inserida a comunidade, nos conselhos municipais de Aiuruoca, na Serra do Papagaio, como no projeto já realizado com PDA<sup>23</sup> para combate de incêndios florestais e formação de brigadistas voluntários no entorno do Parque Estadual, na região mais extensa de toda Área de Proteção Ambiental – APA, da Serra da Mantiqueira; mais recentemente, no corredor ecológico da Serra do Mar, onde atuou como parceira do Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, no reconhecimento de três importantes Mosaicos da região (serra do mar, Mantiqueira e Serra dos Órgãos).

A fase de execução de projetos da Fundação se iniciou em 1997, com um convênio com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, para levantamentos com fins de compatibilização das atividades de ecoturismo com os recursos hídricos na Bacia do Rio Aiuruoca. Os estudos e mapeamentos gerados pela Fundação Matutu com esse convênio vêm servindo de base, atualmente, para a elaboração do zoneamento econômico e ecológico da micro-bacia do Água Preta, realizado em parceria com a Associação de Moradores local. Esse

---

<sup>23</sup> O Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA foi criado em 1995, entrando em operação em 1996, ano em que iniciou o apoio aos primeiros projetos. Sua construção resultou de um processo de negociação envolvendo o Governo Brasileiro, organismos de cooperação internacional representando os países do G7 e as redes de Ongs e Movimentos Sociais da Amazônia (GTA) e Mata Atlântica. Implementado pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais □ PPG7, recebe apoio principalmente da Cooperação Internacional Alemã e tem como principais desafios demonstrar, através de experiências inovadoras, a possibilidade efetiva de construção, em bases socioambientais, de estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável e, a partir dos aprendizados produzidos por estas experiências, estimular a formulação de políticas públicas que contribuam para a difusão e a incorporação destas estratégias por outras comunidades, organizações e instituições governamentais. (Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=51&idConteudo=5386>).

primeiro projeto da Fundação recebeu destaque com o Prêmio Cidadania, entregue pelo então governador Eduardo Azeredo.

**Fundação Matutu, de Aiuruoca, recebe Prêmio Cidadania - 1997**



*Em solenidade realizada no Automóvel Clube, em Belo Horizonte, presidida pelo DD. Governador do Estado de Minas Gerais Eduardo Azeredo, o projeto "Conservação das Águas: Desenvolvimento Sustentável e Cultural na Bacia Hidrográfica do Rio Aiuruoca", da Fundação Matutu, recebeu o Prêmio Cidadania-1997, promovido pelo Ministério Público e pela Federação Mineira de Fundações, destacando assim, nossa região, em nível estadual. Veja na página 7.*

*Guilherme França, presidente da Fundação Matutu, recebendo a Placa Ouro das mãos do governador Eduardo Azeredo, do Procurador Geral da Justiça, Epaminônidas Fulgêncio e do Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais, Aluísio Pimenta.*

**Nesta Edição**

**Curso de Bovinocultura de Leite em Aiuruoca - Pág. 4**

**Banda de Andrelândia participa das festividades de Belo Horizonte - Pág. 5**

**Sebrae ministra curso em Aiuruoca - Pág. 6**

**Versões diversas contam a origem do velho Papai Noel - Pág. 8**

**As investigações do Inspetor Pereira - Pág. 9**

**Imprensa Oficial com circulação semanal nas seguintes cidades:**  
 Aiuruoca, Alagoa, Andrelândia, Arantina, Bocaina de Minas, Dom Jardim de Minas, Carvalhos, Cruzília, Liberdade, Minduri, Passa Vinte, São Vicente de Minas, Seritinga e Serranos. Circulação também nas cidades de Caxambu e São Lourenço.

CONTROLE DE SINDICATO - MG QUALIDADE

Figura 6: Entrega do Prêmio Cidadania 1997 à Fundação Matutu. (Fonte: Correio do Papagaio, MG, Outubro, 1997)

A Fundação é a responsável pelo manejo e gestão da denominada Reserva Natural Matutu, área de aproximadamente 3000 hectares, localizada na Serra do Papagaio, e composta por propriedades contíguas que estão em processo de formalização de seu associativismo fundiário e também de oficialização de RPPN's em boa parte dessas propriedades. O registro de RPPN's em toda área limítrofe com o Parque Estadual do Papagaio, que fortalece a parceria com os órgãos públicos, vem recebendo atenção especial, e um extenso processo de regularização de registro de imóveis, medição e levantamento das áreas, além de protocolos no IBAMA, está em andamento desde 1998.

Com a iniciativa de unir áreas em uma diretriz comum de desenvolvimento e ocupação, onde a vocação de cada área foi definida e respeitada, a Fundação propôs e experienciou modelos de manejo participativo para o entorno do Parque do Papagaio, em um



projeto que foi reconhecido pelo Ministério Público de Minas Gerais e pela Federação de Fundações de Minas Gerais com outro Prêmio Cidadania em 1998.

Outros projetos executados foram:

- Regeneração dos recursos hídricos no Circuito das Águas, sul de Minas, através do projeto de Acupuntura da Terra, desenvolvido pelo artista esloveno Marko Pogacnik, e financiado pelo Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e IICA-Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Ano: 1998.

- Projeto de Proteção contra Incêndios Florestais e capacitação de Brigadas de Incêndio no entorno da Serra do Papagaio, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente, através do MMA - Subprograma projetos demonstrativos/PDA 2000-2001. Além de incrementar a vigilância e combate de incêndios levados a cabo pelos voluntários da comunidade há mais de 10 anos, equipando a brigada com roupas especiais, sistema de radio comunicação e motocicleta, o projeto proporcionou a confecção de cartilhas e cursos de capacitação para aproximadamente 300 brigadistas nos municípios de Aiuruoca, Alagoa, Caxambu, São Lourenço, Mauá e no entorno do Parque de Nova Baden, em Lambari, comunidades que habitam no entorno do corredor de fauna formado pelos Parques do Itatiaia e da Serra do Papagaio, dentro da APA da Serra da Mantiqueira. Ano: 2000.

- Financiado pela Fundação Luterana de Diaconia, o Projeto de Desenvolvimento de Pólo de Apicultura Orgânica na Serra do Papagaio, com enfoque na produção do mel de altitude, e orientado pela EMATER, já implantou alguns apiários como forma de renda para os brigadistas da

Fundação e busca agora a Certificação do mel para expansão da atividade econômica em toda Serra do Papagaio e corredor biológico com o maciço do Itatiaia. Ano: 2001-2003.

- Articulação com as ONG's da Mantiqueira e entorno e da Alemanha para intercâmbio de experiências, voltada para o desenvolvimento sustentável na APA Mantiqueira. O Projeto "Integrando Ações da Mantiqueira" – encontros periódicos de jovens de várias localidades onde estão as ONGs envolvidas (IDEAS de Mauá, Crescente Fértil de Resende, Centro Comunitário do Campo Redondo em Itamonte e Centro Comunitário da Colina, também de Itamonte) – é um dos frutos desta articulação. Ano: 2002-2004.

- Capacitação de monitores ambientais voltados para o ecoturismo, promoção de outros cursos como papel reciclado, teatro, coral, pintura e dança; e realização de eventos culturais como a Semana da Primavera são impulsos que a Fundação procura manter, constantemente voltados para a preparação cultural e profissional dos jovens.

- Execução do Projeto "Fortalecimento da Gestão Participativa da APA Serra da Mantiqueira", financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente. O projeto tinha como objetivo apoiar a participação da sociedade na gestão ambiental da Serra da Mantiqueira, a partir de duas vertentes de ação: oficinas de capacitação dos novos conselheiros e caracterização socioambiental da região. As três oficinas para conselheiros constituíam-se em encontros e palestras em que se enfatizou e discutiu a importância do papel do Conselho. Para a caracterização socioambiental, foram convidados alunos da rede pública de Ensino Médio de 18 municípios que compõem a APA Mantiqueira, para realizar a pesquisa. Com acompanhamento da Fundação e dos professores, os

alunos realizaram diversas entrevistas e os resultados dessa pesquisa foram apresentados em três encontros regionais, onde a população esteve em número considerável, podendo debater e refletir sobre toda informação gerada e, também, através de mesas redondas, dialogar com o IBAMA sobre os rumos e processos de decisão sobre o território. As duas vertentes do projeto, oficinas e pesquisa, reuniram-se ao final, quando todo esse material registrado, com os anseios, questionamentos e requerimentos da população, foi levado pelos jovens para uma oficina de conselheiros, sendo avaliado e usado como subsídio para o planejamento estratégico do Conselho e para uma reflexão sobre o desafio da representatividade do Conselho. Como produtos finais desse processo, foram elaborados uma cartilha e um Cd-rom, tendo como público alvo estudantes da região. A rede de parcerias para esse projeto incluiu diversas organizações de âmbito local e nacional, como SOS Mata Atlântica, ISA, INPE, entre outros.

- Execução do “Programa de Desenvolvimento Sustentável da Serra do Papagaio”, em parceria com o SEBRAE, a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e o Projeto de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais – Promata MG. O Programa tem como objetivo geral promover o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis na área de entorno do Parque Estadual Serra do Papagaio (PESP), em especial, entre outras, aquelas ligadas ao turismo, ao artesanato, à apicultura e à silvicultura. O Programa realizou ações junto à população local na micro-bacia do Ribeirão da Água Preta, por meio de diagnóstico participativo e elaboração de plano de ação para o desenvolvimento comunitário da micro-bacia; realizou estudos preliminares para o uso sustentável da candeia, árvore nativa da região, e consolidou um

sistema de informações geográficas da micro-bacia, promovendo também ações culturais e de educação ambiental.

- Ações da brigada voluntária de combate a incêndios florestais da Fundação Matutu, que atua na área desde 1992 e possui notável reconhecimento por sua experiência em incêndios de montanha, já tendo combatido mais de 170 incêndios florestais e participado de operações de grande escala junto ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais e Rio de Janeiro, ao Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, ao PREVFOGO do IBAMA e ao exército brasileiro. A brigada é considerada referência no trabalho voluntário de prevenção e combate a incêndios florestais e já formou mais de 350 brigadistas no entorno do Parque Estadual da Serra do Papagaio, transformando a área onde atua em um dos pontos com menor número de ocorrências de incêndios florestais da Serra da Mantiqueira. Este projeto visa estender a atuação desta brigada, de forma a utilizar a experiência adquirida nesses anos de atuação para capacitar e treinar novos brigadistas, envolver alunos dos ensinos médio e fundamental e formar um grupo de jovens monitores.

Por sua origem comunitária, a Fundação Matutu é uma instituição que acumulou larga experiência em processos de organização de Coletivos, desenvolvendo práticas de tomadas de decisão em grupo, exercitando consensos, identificando agentes nos processos de mobilização, apurando os meios de comunicação e os métodos de aprimorar a inter-relação humana. Como incubadora de iniciativas associativistas e cooperativistas, a Fundação se alinha a um grupo de entidades que foram se organizando, seguindo a necessidade específica de cada atividade. Dentre as organizações criadas no Vale do Matutu, destacam-se: COOLEGA - cooperativa de serviços educacionais e ambientais; Aldeia da Reserva Matutu - cuida da organização residencial da Reserva Natural do Matutu; ASCOOMEA - Associação

dos Apicultores locais.; e AMA Matutu – Associação de Amigos e Moradores do Vale do Matutu – que, atualmente, vem tendo representação nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CODEMA) e de Turismo (CONTUR) e no recém-formado Conselho Consultivo da APA da Mantiqueira.

O planejamento de áreas físicas, o seu entendimento geoambiental e a sua inserção em diferentes contextos sociais, como populações tradicionais, turistas de segunda residência e moradores de origem urbana, acabaram por definir uma abordagem contemporânea dos fenômenos que atuam na região da Mantiqueira nos dias de hoje.

### **3.3 Entrelaçando Relatos – Mapeando Alguns Agenciamentos**

Escolhido o actante-rede foco, resta saber que porta-vozes internos seriam mobilizados na coleta dos relatos. Dentre as pessoas inicialmente pensadas, algumas não estavam disponíveis, optei então por buscar o relato dos actantes moradores do Vale, e que possuem ainda hoje fortes laços de trabalho/gestão com Fundação Matutu. Assim, consegui coletar relatos de três importantes actantes, responsáveis pela conformação que a Fundação Matutu possui hoje. São eles: G.F. – instituidor e presidente do Conselho Administrativo; M.F.- filho de G.F., e atual presidente; e L.M., por dois mandatos presidente, atualmente coordenador de projetos. De forma a contextualizar estes relatos, fiz uma pesquisa de dados, informações e matérias em jornais/revistas sobre o Vale/Fundação Matutu, presentes na primeira parte deste Capítulo.

**G.F**<sup>24</sup>. – 50 anos, Mineiro. Criador da Comunidade da Reserva, tendo transformado boa parte de suas terras em Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN. Chegou ao Vale do Matutu em 1984. Instituidor da Fundação Matutu, atualmente preside o Conselho Administrativo da Fundação. Pai de cinco filhos, dentre eles o atual Presidente da Fundação Matutu, M.F.

**M.F** – 28 anos, nascido em Belo Horizonte, *“mas só fui morar na cidade pela primeira vez quando fui fazer faculdade. Eu cheguei aqui em 84, eu e meu pai. Eu tinha então 5 anos. Foi a primeira vez que ele veio aqui ao Matutu (...) Em 86, a gente mudou. (...) Antes, moramos no Maranhão e depois na fazenda de café em Alfenas. (...), em 2000/2001, conseguimos aprovar o projeto PDA(...) nesse projeto fiquei responsável por escrever o Manual de Brigadista e dar os cursos. (...) Ano passado assumi a presidência da Fundação. Está sendo um desafio interessante, pois é justamente num momento que está acontecendo uma mudança de escala na Fundação.”*

**L.M** – 45 anos, Mineiro. Por dois mandatos Presidente da Fundação Matutu. Atualmente coordena projetos da Fundação e administra a Casa de Hóspedes Patrimônio do Matutu, de sua propriedade. *“O Vale do Matutu é um tripé. Ele atrai as pessoas pela beleza da Natureza; pela experiência da Comunidade; e pela força do Daíme. A mim, o que atraiu foi a experiência da Comunidade. (...)Então, quando eu conheci aqui, eu larguei toda a*

---

<sup>24</sup> O Relato de G.F. foi conseguido de forma um tanto quanto inusitada. Fiquei, como de costume, hospedado em sua casa, enquanto minha casa no Vale do Matutu estava sendo finalizada, depois de quase três anos de obras. O gravador que possibilitou todos os relatos me foi emprestado pelo próprio, que o utiliza das mais variadas formas, como agenda das atividades do dia, gravando músicas e hinos, palestras e mantras que utiliza nas meditações. Este gravador ficou comigo durante uma semana. O que mais impressiona em G.F. é sua capacidade de realização e mobilização, sendo que muito desta característica está presente na Fundação Matutu.

*minha base econômica lá no Mato Dentro (MG), e vim para cá (...) Em 90, eu cheguei aqui e, em 93, eu me estabeleci por definitivo (...) Nesse processo, ao ir emergindo, fui fazer a interface mais social do Matutu com o Município de Aiuruoca, e outras esferas do Poder Público. (...) fui o primeiro Presidente da Associação de Moradores e o primeiro Vice-Presidente da Fundação. (...)”*

Os relatos que se seguem, a despeito de sua heterogeneidade, convergem sobretudo para a temática da preservação da natureza por meio da busca de uma relação harmônica com todos os que compõem este Coletivo chamado Vale do Matutu, e que tem na Fundação Matutu um importante actante. Opto por entrelaçar esses relatos, buscando perceber que temas/problemas emergem como significativos e que afetos convergem para proporcionar essa emergência.

### **3.3.1 Antecedentes – Movimentos de Territorialização**

*G.F. A Fundação Matutu nasceu primeiramente com a função de proteger esse trabalho, de fazer um estudo. Nós já estávamos trabalhando há muito tempo apagando incêndios; tiramos daqui todos os caçadores; protegendo essa área e educando nossos filhos. Mas isso parecia muito estranho diante dos olhos da Sociedade. Então começaram a ficar muito curiosos e queriam entrar e fazer umas matérias, televisão, jornal. Nós ficávamos evitando isso. (...) Então foi necessário instituir o trabalho por conselho do A.M., e também por conselho do Promotor e do Juiz de Aiuruoca, e aí, sob a orientação do Dr. C., nós instituímos a Fundação. Eu sou o instituidor dela, mas também considero que todos os amigos e amigas e a minha família*

*também são instituidores junto comigo, e o que nós fizemos foi estudar um trabalho que já estávamos fazendo junto. (...)*

*(...) Depois disso, trabalhamos com projetos, vários projetos (...) Porém, sei que um ponto importante é que, na seqüência, alguns poucos daqui se interessaram de continuar desenvolvendo através da Fundação o trabalho, outros tantos ficaram indo junto confiando, mas sem querer entender e se desenvolver dentro dessa forma de trabalhar, e outros tantos, como sempre em qualquer lugar, em qualquer trabalho, ficaram dizendo e reclamando que não era isso que vieram fazer aqui. (...) Sempre tivemos alguma dificuldade quanto a isso. Também, talvez, devido a alguma dificuldade nossa de normalizar isso, pois como nós temos uma característica de sempre ir fazendo primeiro e depois documentando, (...)*

**MF-** *Quando se adquiriu as terras, os problemas eram o fogo e a caça. Era um problema local, uma coisa de vizinho. Você sabia os nomes dos problemas. Era coisa de se ir conversar, sentar à beira do fogão, tomar um café e ir explicando as coisas. Dizer que a terra agora tinha dono, que não era para caçar nem por fogo. Meu pai fez muito este trabalho. (...) Aqui no início, era uma idéia de fazenda, uma coisa mais isolada, algo mais da família em si. Mas aí, com os acontecimentos, as coisas foram tomando uma outra direção. As pessoas foram chegando. Em torno desse pessoal, foi tendo que ter um nível de organização mínimo para que as coisas pudessem funcionar(...) uma das primeiras organizações que surgiram aqui foi a própria Escola. Este foi o primeiro núcleo com estrutura, rotina. Isso foi em 87/88, em 89, começou-se a construir, inclusive, o prédio da escola (Escola Kênia). Depois, em 90, foi criado o Centro de Estudos Espirituais, como*



*uma forma de se estar oficializando e organizando, para não dar problema, o uso da Ayuasca. Esta foi a primeira instituição organizada, registrada em cartório, com CGC e tudo. Nos moldes de uma Associação.*

*L.M (...)o que me atraiu foi a experiência da Comunidade. Pois, antes eu tive um contato com a Comunidade de Findhorn<sup>25</sup> na Escócia.(...), quando eu cheguei aqui já existia essa sombra sobre o Matutu, que era a da desapropriação. E isto vinha de uma forma até agressiva por parte do Governo, quando ainda era a idéia de Estação Ecológica. Depois, o processo caducou. (...) quando falo do Matutu, falo dividindo por fases. A primeira é a **fase heróica**, aonde pessoas vieram para um lugar cheio de samambaia, sem saber nem se seriam donas da terra que estavam trabalhando, pelo simples motivo de estarem criando uma Comunidade e estarem num trabalho espiritual. Num lugar sem condições. Onde o tempo da chuva aqui, é mesmo de muita chuva. Com todas as dificuldades possíveis. Dificuldade de escola, de grana, de tudo(...) Depois disso, a gente conseguiu criar uma estrutura e uma organização de Comunidade e cooperação. A escola foi criada. A organização começou a funcionar. Então, essa fase, eu chamo de **fase romântica**. Era uma fase em que a gente podia almoçar e desfrutar de uma tarde longa, tranqüila e quente na beira do rio. E, no outro dia, de manhã, estarmos juntos novamente na meditação. Por muitos anos a gente ficou nessa fase romântica. Quando*

---

<sup>25</sup> A *Findhorn Foundation* é uma associação sem fins lucrativos. Ela faz parte de uma comunidade espiritual composta de cerca de 400 pessoas e espalhada em torno da baía de Findhorn, ao norte da Escócia. Fundada em 1962 por Peter Eileen Caddy e Dorothy Maclean, a comunidade se tornou conhecida pelo seu trabalho com as plantas e a comunicação com os reinos naturais. Atualmente a *Findhorn Foundation* é um centro de educação espiritual e holística que vive e trabalha em estreita colaboração com outras organizações e indivíduos que compõem a comunidade. A Fundação recebe anualmente milhares de visitantes. A maioria permanece no mínimo uma semana para participar realmente da vida comunitária. (Fonte: Site *Findhorn Foundation*, Disponível: <http://www.findhorn.org/programmes/programme115.php>, acessado em 03/09/2007).

*vieram os ataques (...) a gente teve que se institucionalizar, que é, o que eu chamo de **fase institucional**, que outros chamam de fase burocrática, que é quando as organizações foram criadas. Hoje, eu já vejo que passou essa fase.*

A constituição da Fundação Matutu no seio dessa comunidade e o seu sucesso entre as Fundações de Minas Gerais criou um cisão, pouco percebida no primeiro momento, mas que foi, de certa forma, configurando uma nova estrutura para essa mesma Comunidade, quer ela participasse ou não dos “projetos” da Fundação.

A Fundação Matutu, assim que é criada, segue uma jornada independente da Comunidade, assumindo uma “identidade própria”, necessária para respaldá-la nas “batalhas” que iria travar em defesa dos interesses desta mesma Comunidade. Isto irá redundar na ampliação de seu escopo de atuação e abrangência. Já no primeiro momento, ela assume como causa a preservação e defesa dos interesses dos moradores de toda a micro-bacia hidrográfica do ribeirão da Água Preta, para logo em seguida atuar em gestão participativa de território, englobando toda a região da APA da Mantiqueira.

Assim, por nascer com essa proposta mais ampla, regional, estruturando ações já em curso, conduzidas, entre outros, por vários membros da Comunidade<sup>26</sup>, ela consegue respaldo externo na mesma proporção do distanciamento interno com a Comunidade. Distanciamento esse que vai aumentando na medida em que os projetos desenvolvidos ratificam este caráter mais regional/global, passando a exigir um nível de qualificação maior para que se possa participar deles. Esse movimento é percebido como “burocracia” e/ou “profissionalização”

---

<sup>26</sup> Notadamente, os trabalhos da brigada, o plantio de milhares de mudas de araucária, construção da Escola Kênia, o Coral do Matutu, a Oficina de Artesanato e outras tantas iniciativas.

por alguns, portanto conflitante com as práticas mais comunitárias postuladas no início da construção da Comunidade.

Este distanciamento da Comunidade “berço” demonstra as contradições presentes neste movimento, pois a Comunidade que contesta é a mesma que participa, por intermédio da atuação de muitos de seus membros, nos projetos da Fundação. Esta “não-adesão plena” a todas as práticas de gestão da Fundação é um vetor importante na dinâmica do Vale do Matutu, pois faz da Comunidade uma recalcitrância que, ao circular, impede a cristalização da Fundação como o único porta-voz do Vale. A Fundação se vê, assim, constrangida<sup>27</sup> a rever e questionar, de tempos em tempos, o seu papel, a sua dinâmica. Nesse movimento, ela se reinventa, em movimentos rizomáticos de transformação e adaptação às forças que jogam neste Coletivo.

*M.F. (...) a questão dos interesses em cima deste lugar. Alguns a gente sabia a origem, outros não. Era uma surpresa. Aí, começaram a atacar a gente na mídia, televisão e jornal. Teve também o livro do C.J.<sup>28</sup>, que, disfarçado de uma tese de doutorado, utilizou para fazer uma briga, um ataque pessoal a nós. Depois, ele se arrependeu, pois escreveu o que não devia e teve que pedir desculpas em público. Nessa época, começou a ficar tão pesado os ataques na Folha de São Paulo, Jornal da Tarde e outros jornais fortes, que a gente teve que se organizar de alguma forma. Porque a gente estava aqui fazendo um trabalho forte, importante. Mas que esse trabalho, no final das contas, não valia de nada. Pois a gente não tinha uma cara, uma imagem clara para lidar com o mundo, e o que valia eram os boatos e as notícias que saíam nos jornais. Nessa época, nós fomos nos*

---

<sup>27</sup> A idéia de constrangimento aqui, se refere ao embate de forças, cuja resultante define a direção do movimento.

<sup>28</sup> Aiuruoca, Matutu e Vale da Pedra. Ed. Edusp, 1994.

*aconselhar com o promotor de Aiuruoca Dr. B.(...), e com o Professor A., os dois aconselharam a gente a criar a Fundação. Aí, nós fomos falar com o Dr. C., de Belo Horizonte. A idéia era doar tudo para a Fundação, e viver dentro da Fundação. Dr. C. explicou que não precisava disso tudo, não. Que o ideal era um meio-termo. (...)Aí, criou-se a Fundação Matutu em 1995.*

*L.M. O que fez a Fundação Matutu acontecer foi justamente a imposição de Áreas Protegidas aqui. Pois a forma que as Áreas Protegidas são criadas segue um modelo, e este modelo é baseado no modelo americano. O que acontece aqui no Brasil é que, como já se começa pela lógica do modelo, você já começa de um jeito complicado. Já começa errado. (...) Mas porque que não se procura começar pela lógica do desenvolvimento. Que é aquela que não procura impor um plano, mas, sim ver quais as condições que existem e quais as possibilidades de trabalhar com aquilo.*

*Assim, um lugar, que eles antes conheciam como “Morro do Garrafão”, agora vira “Parque do Papagaio”. Esse nome vem de cima para baixo, não é o nome que os avós dele chamavam, tem uma ruptura na identidade. Ele quer mais é destruir, pois não se identifica mais com aquilo. Ele quer queimar enquanto ainda é dele. Essas coisas a gente aqui via claramente. E começamos a tentar perceber como isso acontecia em nós, e como isso acontecia com os outros. Esse ponto é fundamental. É aí que nasce a Fundação Matutu. De um confronto de visões. De alguém que estava trabalhando com a lógica do desenvolvimento, versus a lógica de um modelo de fora. (...)*

*(...) a Fundação Matutu foi feita para criar um diálogo, uma interface com as instâncias e políticas que estavam chegando aqui. E para a gente começar a ter uma governança do território (...) acho que a ação do IBAMA aqui, foi uma “armadilha de Deus”, da mesma forma, que o fogo na Cabeça do Leão acelerou o processo de organização da Brigada. Outra armadilha que precisa ser falada é o livro do José Pedro, chamado Aiuruoca, Matutu e Pedra, (...) O que, acabou por estimular toda uma pressão feita pelo Jornal A Tarde, para tentar expulsar a gente daqui. Esta época foi muito difícil. Estávamos enfraquecidos (...). E acabou, por sair uma matéria dizendo que a gente plantava maconha aqui, nesse Jornal A Tarde. Aí, quando veio esse primeiro ataque, criamos a Fundação. Quando veio o segundo ataque, o do IBAMA. Jogou a gente mais para frente. Obrigando a gente a criar toda uma organização local, via projetos.*

Nestes relatos pode-se perceber a dinamização que se produz pela constituição de um “dentro” capaz de fazer face às ameaças dos “de fora” – a mídia, o IBAMA. Trata-se de movimentos em que é necessário marcar uma diferença, demarcar um território ... Para, em seguida, arregimentar os aliados.

### **3.3.2 Estabelecendo Alianças**

*G.F. (...)G. (...) Bom, depois abriu um universo, até então desconhecido para nós: o Terceiro Setor. Como a nossa Fundação era uma Fundação no meio de tantas outras Fundações. Era uma pequena Fundação, verdadeira, vivendo dentro do seu objetivo. (...) Ela mostrou a nossa cara para o mundo, e começou a trazer coisas também para dentro, recursos e uma*

*visão mais ampliada também, mais coisas a fazer. E nós tivemos oportunidade de conhecer Fundações que traziam muitos benefícios para a Sociedade. Então abriu um horizonte novo. (...) Quando eu começo a escrever o que a Fundação já fez. Até a gente mesmo a gente que foi quem fez. Nós mesmos ficamos assustados em ver tanta coisa. (...) que já vem realizando. (...). E ninguém aqui tem a visão toda. Cada um tem um tanto. Ela vem chegando. Essa visão vem chegando a cada tempo, a cada vez mais e mais. Penso que quanto menos se apegar numa esperança, em um desejo de certo resultado, mais claro vai ficando essa visão.*

*(...) aí nós entramos para a FUNDAMIG entre os trinta primeiros associados, penso eu, (...) Isto nos levou até a sermos premiados com a Placa Ouro<sup>29</sup>, um Prêmio de Cidadania. Foram três anos seguidos. Isto foi uma etapa que a Fundação cumpriu o que tinha que cumprir neste tempo. Ela mostrou a nossa cara para o mundo, e começou a trazer coisas também para dentro, recursos e uma visão mais ampliada também, mais coisas a fazer.*

*M.F. (...) desde o início a idéia era a de ter uma Reserva, tanto é, que as primeiras terras já foram compradas lá em cima, onde não se podia mexer, por conta do Código Florestal de 1965. Já eram Área de Preservação Permanente - APP. A idéia era garantir os mananciais. Com a criação da Fundação, a gente começou a pensar em como fazer para a Fundação fazer a gestão destas áreas. (...) A Fundação nasce inicialmente como um escudo para não ficarem atacando a gente da forma como estavam atacando. Ela*

---

<sup>29</sup> Premiação anual do Governo de Minas Gerais concedida a projetos culturais, sociais e ambientais desenvolvidos por ONGs. A Fundação Matutu ganhou por três anos: 1997, 1998 e 1999.

*era o nosso “terno.” Já não era mas um “bando de louco sem roupa”, ou com roupa esfarrapada, no meio do mato. A gente colocou um roupa bem formal que, no final das contas, era formal, mas que, ao mesmo tempo, respeitava a nossa forma de trabalhar. Continuou a mesma coisa, só que agora institucionalizada. Pouco a pouco, isso que era um escudo, foi virando o centro do trabalho. O que era defesa, passou a ser um “barco”, pois vimos que o escudo era tão grande, que só foi fazer umas dobradinhas nas bordas pra virar um barco e sair navegando, e, neste escudo cabia tudo dentro.*

Com a metáfora do “escudo” que vira um “barco”, M.F. expressa o caráter contingente da Fundação. Que nasce como reação, implicando em uma mudança radical na forma de atuarem até então. Esta “inovação”, que poderia ter desterritorializado a Comunidade, na verdade foi o que possibilitou a sua sobrevivência, pois segundo os relatos, foi mantido o essencial que os faziam coesos neste Coletivo.

*L.M. (...) uma pessoa daqui da região lembrou que havia uma lei do SNUC<sup>30</sup>. E que, como uma APA que não tinha um Conselho Gestor. Que não estava cumprindo a Lei podia vir com uma ação dessas. Aí, isso chegou aos ouvidos do Chefe da APA, e ele tentou rapidamente regularizar isso, montando um teatro para criar um Conselho. Só que, nessa hora, todos os “macacos velhos” da Mantiqueira vieram e pularam para dentro, e tomamos conta do Conselho. Veio o pessoal do Campo Redondo, da Pedra Negra, pessoas muito politizadas ambientalmente. Coincidiu de ter um edital do Ministério do Meio Ambiente, exatamente para fortalecimento de gestão de Unidades de Conservação. (...) e a Fundação se apresentou como*

---

<sup>30</sup> Lei que regula o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

*a organização a encaminhar o projeto. Ou seja, nesse momento, a Fundação se abriu para gente de fora. E, ao mesmo tempo, encontrou um mote que tinha tudo a ver com a sua raiz, que era esse diálogo. E, eu acho, que aí ela se encontrou nesse processo.*

Aqui, os três porta-vozes falam do processo de territorialização expresso na criação da Comunidade da Reserva, e o quanto isso passou a chamar atenção do entorno, criando alianças e provocando resistências, internas e externas. A fundação surge, então, como uma estratégia de resistência ao processo de desterritorialização provocado por interesses diversos, sejam eles, do Estado – por meio de desapropriação para transformar, primeiro em Estação Ecológica e depois, Parque Estadual; ou de outros moradores, incomodados com a ocupação da Comunidade, vista como sendo formada por “hippies”.

O processo de instalação de áreas protegidas – criticado por L.M. por se pautar em um modelo que estimula a desterritorialização, desidentificando moradores locais com as unidades a serem criadas, gerando uma série de conflitos que muitas vezes se arrastam por anos – obriga, de certa forma, a constituição de toda uma estrutura para “proteger” a unidade. A resistência capitaneada pela Fundação Matutu a este modelo, que L.M. chama de gestão de territórios públicos, acaba por levantar várias questões ainda sem resposta, mas que apontam para uma alternativa a este processo. Resta saber qual o grau de comprometimento para que ações desta natureza possam ser replicadas. E quais os vetores de sustentabilidade para o sucesso da experiência em curso no Vale do Matutu.



### 3.3.3 O Santo Daime – Um Aliado Importante

*Da floresta<sup>31</sup>*

*Da floresta, eu recebo  
Força para trabalhar  
Da floresta eu tenho tudo  
Tudo, tudo Deus me dá*

*É um primor a floresta  
Da maneira que é feita  
Com amor se harmoniza  
E deixa a terra satisfeita*

*Devemos viver na terra  
Com toda satisfação  
E se queremos ter a vida  
Agradecemos a nossa Mãe*

*G.F.(...) algum plano eu já tive antes de isso tudo. Um plano mais egoísta. Um plano de me isolar com a minha família preservando a natureza. (...). Porém, esse plano não deu certo. Era um plano egoísta. Padrinho Sebastião<sup>32</sup> me deu uma outra direção. Graças a Deus, eu acordo todo dia procurando dar conta da tarefa daquele dia. (...)*

*M.F. (...) Reporto minha conexão com a natureza a ter crescido no “mato” e a ter aprendido a respeitar isso com os meus pais. A ter aprendido que o mato é a nossa casa. Reporto também, ao uso do Daime, ao uso da Ayuasca. E a ter muito presente nela, essa coisa da ligação e o respeito com a natureza, com a rainha da floresta, a floresta mesmo. Então, essa ligação profunda se dá em vários níveis. (...) Essa ligação com o lugar, com a terra mesmo, com cada uma das árvores, e aí, junto a isso você tem a*

<sup>31</sup> Hino do Santo Daime, recebido por *Padrinho* Alfredo de Melo. Disponível: <http://www.daime.org/site/pages/alfredo/alf24set-PT.htm>, Acesso em 14/01/2008.

<sup>32</sup> Padrinho Sebastião é um dos pilares da Doutrina do Santo Daime, criada por Mestre Irineu.

*técnica. Fomos então, tentar desenvolver a técnica para minimizar o número de árvores queimadas.*

*L.M. (...) A gente foi criando esse tecido, onde a Fundação foi sendo como um guarda-chuva. Sendo ela a mais ampla de todas. Esse tecido abrange a Fundação, a Associação, e também, de certa forma, o que o Centro de Estudos Espirituais desenvolve. (...) O Centro de estudos foi criado para responder pelo trabalho de espiritualidade aplicada desenvolvido aqui. E muito do que ele gerou de valores foi aplicado e alimenta a Fundação. A Fundação, de certa forma, ficou sendo essa roupagem envolvendo todos estes processos.*

Um pouco como amalgamando e dando um corpo a este ideário de vida, um agenciamento sobressai, mesmo que pouco falado nos relatos oficiais, mas, que aos poucos, fui percebendo e conhecendo: a doutrina do Santo Daime. Oriunda de povos da floresta, ao fazer da ecologia uma bandeira, reforçada nos hinos cantados e bailados por todos, permitiu vários agenciamentos, como a criação da Brigada de Incêndio do Matutu e a própria criação da Reserva da Comunidade, bem antes de qualquer intervenção positiva do Estado nesta região.

O Santo Daime está presente em uma igreja na Comunidade da Reserva, freqüentada por moradores da Comunidade, do Bairro do Matutu e visitantes de fora. Ele assume uma função de inspirador para os trabalhos desempenhados pela Fundação, pois, segundo os relatos, é de onde viria a “força” e a consciência ecológica e espiritual do trabalho. G.F. nos informa que a orientação inicial para preparar a Comunidade lhe foi dada diretamente pelo Padrinho Sebastião. Essa forma de agir é corroborada nos outros relatos, e pode ser observada se analisamos o conteúdo dos hinos da Doutrina, em que o respeito à Natureza, a floresta, rios e animais, antecipando em algumas décadas o discurso ecológico tão em voga hoje. Sendo

este, portanto, um dos principais agenciamentos presentes e que, visto como ritornelo, explica, por meio dos hinos cantados nas cerimônias e rituais da doutrina, a coesão e identidade da Comunidade da Reserva.

A repercussão na imprensa do livro “*Aiuruoca - Matutu e Pedra do Papagaio*”, no qual Costa (1994), baseado em sua tese de Doutorado, dentre outras coisas, chama a atenção para o processo de ocupação da “Comunidade do Daime” e que necessitaria de um “equacionamento específico”:

*“Quanto ao grupo do ‘Santo Daime’, será necessário um entendimento e equacionamento específico, pois sua presença é a que mais se choca, em número e qualidade, com todas as demais experiências aí existentes. G. O., padrinho da seita, continua comprando terras. A continuar assim, em muito pouco tempo a possibilidade de manutenção de uma maioria de pessoas originárias da cultura tradicional estará perdida”.* (COSTA, 1994, p.217)

Os agenciamentos do Santo Daime, cartografados nos relatos como uma implicação subjacente a todo o trabalho desenvolvido pela Fundação, de certa forma, respondem a esta questão levantada por Costa (2004), quanto ao futuro do Vale do Matutu. Pois, o que vemos, transcorridos 14 anos desde a publicação do livro, é uma melhoria da qualidade de vida tanto no Vale do Matutu quanto do bairro da Pedra. Melhoria esta, acompanhada de melhoria dos indicadores de biodiversidade (cobertura vegetal, aumento da presença de animais silvestres e qualidade da água), o que, em boa parte, é fruto de atividades iniciadas e/ou desenvolvidas por pessoas oriundas da “Comunidade do Daime”. Como, por exemplo, a própria criação da Fundação Matutu, a Brigada de Incêndio e a criação da Associação de Moradores do Matutu e Pedra. Claro, que algumas práticas tradicionais, como, por exemplo, as queimadas nos campos de altitude para manejo do pasto e a caça de animais silvestres foram praticamente eliminadas na Região.

### 3.3.4 A Brigada de Incêndio do Matutu – Um Actante Fundamental

*G.F. - Eu dou muito mais valor a um incêndio que você apaga, do que dez mil mudas que você planta. Pois um pedacinho que você apaga são milhares de espécies que você salvou, preservou. Olha, te digo o seguinte, se a gente conseguisse por a verdade no trabalho, nas coisas. Pois a gente tem coisas baratas eficientes, e pode mostrar que tem coisas caras e ineficientes. Por exemplo: helicóptero. É caríssimo. Já o avião é barato. Um helicóptero apaga. O avião previne, pois ele pega no início. Por exemplo, na Mantiqueira se você tem um avião com uma rota todo dia. Já pensou? Todo fogo, pá! pum! (faz gesto que apagaria rápido com o uso do penado). Sabe, porque muitos incêndios de campo o satélite não acusa. Muitos não, os de campo ele não acusa. - Ai eu falei isso lá para a responsável pelos incêndios do Instituto Estadual de Florestas - IEF. Provei para ela que já tinham tido cinco incêndios no Parque no dia que eu fui lá, e a coisa lá, de mostrar incêndio, com satélite e mapa não mostrava nenhum. Então ela falou: - ah, mas incêndio de campo é menos importante, ele não mostra. Ai eu falei: mas vem cá, eu nunca vi um incêndio começar na mata. Só de raio. Ninguém põe fogo numa floresta, só no campo. Ninguém entra numa floresta e põe fogo. O cara põe fogo é no capim. Porque para por fogo numa floresta, o cara precisa fazer uma fogueira, ficar lá. Certo, não é? Já no capim não, basta jogar um fósforo. Estas coisas continuam porque os empregos deles dependem disso. Na verdade, eles não estão nem aí para fogo.*

*M.F. - em 92, foi quando nasceu a brigada. A Brigada nasceu de um jeito...assim: a gente no meio da aula e começou a pegar fogo na Cabeça do Leão<sup>33</sup>. Eu tinha 13 anos na época. Estávamos eu, o A., L., e outros com os professores. Eu e A. falamos pro professor: -oh, nós não vamos ficar aqui olhando não, nos vamos lá apagar. A princípio, eles falaram que era perigoso, assim, assim. Mas aí, quando viram que não tinha jeito, disseram: - ah, então nós vamos junto. Aí, os professores foram junto também. Passamos um aperto dessa vez, mas conseguimos apagar. Quando outros viram que estávamos lá apagando o fogo, vieram também ajudar, juntando com o pessoal da roça também. Foi aí que nós começamos a organizar um núcleo mesmo para apagar incêndio e conseguir as ferramentas. (...) Em 2001 e 2007<sup>34</sup>, ajudamos a apagar o incêndio no Parque Nacional de Itatiaia – PNI (...) Em 98, nós fizemos o curso aqui, e, em 98 mesmo, (...) fomos fazer o curso avançado no Centro de Treinamento do IEF e Corpo de Bombeiros de Minas Gerais MG, (...) Aí, começamos a trabalhar formando melhor o nosso pessoal e formando outros grupos de brigadistas na região.*

---

<sup>33</sup> O Morro da Cabeça do Leão, em conjunto com o Pico do Papagaio, formam o chamado “portal do Matutu”, na entrada do Vale.

<sup>34</sup> *O incêndio do Parque Nacional de Itatiaia – PNI, em 2007. Primeiro eles demoraram muito a acionar o sistema de combate. Eles possuem sistemas de vigilância, mas demoraram muito para acionar. Então, já pecaram na questão de tempo de resposta. Pois, quanto maior o tempo de resposta, maior o incêndio. Quanto maior o incêndio, maior o prejuízo ecológico. Quanto maior o prejuízo ecológico, maior a quantidade de recurso necessário para combatê-lo. (...) outra questão é de como aplicar estes recursos no campo da forma correta. Onde posicionar as pessoas. Velocidade de decisão. Não ficar tanto tempo em discussões metodológicas, enquanto o fogo está lá ‘torando’ . O que eu vi, lá em Itatiaia foi isso. Muito recurso mal utilizado. Pois sei que, com uma fração daquele recurso, você consegue apagar incêndios aqui no Parque do Papagaio. (...) Ele estava sendo monitorado todo o tempo por helicópteros. Enfim, tinham todos os elementos necessários para se tomar a decisão correta. A pergunta que fica é: Se tem recurso e gente lá que tem capacidade de analisar a situação e ver o que está acontecendo. Então, por que não se tomou a decisão correta? Por que não se fez a coisa certa? Deveria se fazer um análise mais profunda dessa situação.*

*(...) o que eu vejo como sendo o diferencial, e o que possibilitou essa ação diferenciada que a brigada tem hoje em dia. É essa ligação profunda, afetiva com o lugar. Então, cada árvore a mais que queima faz muita diferença para nós. Não é estatística. Não é um número. Um metro a mais de fogo. A diferença é essa ligação profunda, não apenas aqui com o lugar, mas com a Natureza inteira.(...) hoje nós temos uma brigada que ela não precisa de muitos recursos para o funcionamento. Ela não mobiliza todas as pessoas o tempo todo. Então, isso é uma vantagem também, porque ficar mobilizando todo mundo toda hora é complicado. Pois as pessoas são voluntárias, elas tem que trabalhar. Todo mundo tem a sua própria vida. Então, com isso, foi ficando quase que “cirúrgica” a nossa ação. E como são poucos que vão lá pro meio do mato. Ele sabe que vai ter que trabalhar mesmo<sup>35</sup>.*

Os relatos de G.F e M.F sobre como atuar para impedir incêndio são fruto de uma experiência de mais de 15 anos apagando incêndios em floretas. Assim M.F., ao se referir a sua experiência como brigadista, fala de agenciamentos organizados dentro do próprio território da Reserva do Matutu, criados pelos laços de amizade e companheirismo que a convivência possibilita e que a prática obriga a otimizar. Da mesma forma, G.F. apresenta uma alternativa de modelo de combate a incêndios em florestas, fruto deste trabalho, como contrapartida ao modelo vigente. Percebo que este saber prático que a Fundação Matutu acumula ao longo dos anos faz dela uma referência nestas áreas e a vincula ao trabalho local desenvolvido no âmbito da Comunidade da Reserva, impedindo-a de se transformar em mais

---

<sup>35</sup> *A função de brigadista começa na vigilância. É ficar lá em cima da serra e passar as informações corretas de qualquer coluna de fumaça que surja, por rádio. Passar referências de localização, passar referências do tipo de incêndio que está se desenvolvendo: tamanho, qual a tendência dele, e mais ou menos, o número de pessoas que será necessário para apagar aquele fogo. Essa é a primeira função. A segunda função, é saber fazer combate direto de um incêndio de pequenas proporções; e a terceira, é ter o domínio das ferramentas e de um planejamento maior para atuar em um incêndio maior.*

uma Organização “sem território” – realidade comum a tantas ONGs, que se voltam apenas para gerir projetos e recursos. A Fundação Matutu, por gerir uma reserva RPPN localizada no entorno de um parque estadual (Parque Estadual da Serra do Papagaio), com todos os conflitos e problemas inerentes a esta relação de vizinhança, conquista, em contrapartida, o direito e a obrigação de buscar construir esse saber original sobre a relação do homem com a Natureza, conforme postulado em seu estatuto.

M.F. expressa, também, a idéia de pertencimento ao Matutu e da sua íntima conexão com cada árvore, e de como isso faz a diferença na hora de fazer um trabalho engajado, seja apagando incêndio, seja mapeando o território no Sistema de Informações Geográficas, da qual ele é especialista. Nele, assim como em G.F e em L.M., o processo de territorialização se expressa de forma completa por atos e palavras.

### **3.3.5 Agroecologia Prática – uma produção coletiva de humanos e não-humanos**

*G.F. (...) Tem uma fatia grande na encosta que é uma área de ocupação que estava bastante tomada por espinhos e samambaias, misturada com uma pequena capoeira querendo sair, mas afogada naquele desequilíbrio causado pelo fogo. Era uma região, uma área, sempre queimada todo ano, ou falhava alguns anos, para plantio das roças e criação do gado. (...) desde que veio para a nossa mão passou a ser bosqueado. Alguns bosques construídos desde o começo, desde a plantinha nascendo, começando a ser protegida. (...). Então, nós já fomos” jardinando”. (...). Todos os animais de médio e grande porte também estão “agradecidos”. Eu ando todo dia e encontro os animais “muito felizes”. Hoje, eles estão podendo andar livremente num bosque limpo, colhendo frutas, catando tudo o que*

*precisam, (...) Então, tem sido bom não só pro ser humano, como também para os animais e também para as plantas. Eu vejo a floresta muito mais reforçada, brilhante, desenvolvida. As árvores estão crescendo muito ano a ano, porque não tem aquela competição “agarrada”, de forma desequilibrada. Porque são os cipós e coisas que vêm depois do fogo que impedem o desenvolvimento.*

**M.F** *(...) o que a gente veio observando ao longo do tempo é que as áreas onde teve um trabalho com a vegetação, tipo uma área que era pasto, ela veio pouco a pouco se transformando em capoeira, e a tendência é ela virar uma área muito inflamável para esse tipo de ecossistema daqui. Então, o que foi sendo feito aqui, foi ir selecionando melhor as espécies, sendo feito um tipo de “jardinagem”- que é como o meu pai chama isto que ele faz - para deixar sair as espécies com mais uso, como fruto, folha e madeira, ou como matéria verde, que poderia se usada como alimento para animais silvestres e até vacas e cavalos. Mas, ao mesmo tempo, o que a gente notou é que essas áreas ficavam mais verdes, com menos matéria seca que as outras áreas não “jardinadas”, ficando, portanto, menos inflamáveis. Tanto que, na época da seca, no auge da seca, se você observar, vai ver que tem menos perda de folha, e se tem menos perda de folha, vai ter menos matéria seca disponível no chão. (...) O interessante primeiro de tudo foi perceber que a gente fazia agroecologia e nem sabia que fazia agroecologia. (...) A gente pegou um pouco da nossa experiência e experiências de dez outros Municípios, que estão no entorno imediato da Serra do Papagaio (...) e contamos com uma parceria interessante com a EMATER. (...) Já que a questão principal da agroecologia é isso, ser*



*simples, ser algo que faça sentido para todo mundo. (...) A certificação é feita pela natureza. É o jacu que vem comer na sua varanda. A sua horta que vai começar a conviver em harmonia com o matagal em volta dela. Você não tem que ficar capinando, pondo herbicida, adubo não. É começar a encontrar este ponto de equilíbrio, onde você, a sua horta, a sua lavoura, a sua casa e a natureza vivem de forma harmoniosa com esse lugar especial onde você habita. Então, agroecologia é isso.*

***L.M** (...) Acho que a agroecologia é mais uma peça desse quebra-cabeça sócio-ambiental. Ela não é a peça que estrutura a Fundação. Creio, que até ela pode vir a ser, e espero mesmo que ela se torne. Pois, na hora que nós nos vimos de fora do modelo atual de políticas ambientais, a gente não teve outra escolha. Fomos lá participar. Pois você tem que participar, até para poder quebrar os modelos vigentes.*

*Assim, a agroecologia surge com uma coisa mais libertária, pois você se liberta da lógica do mercado, e você consegue lidar com as leis ambientais, ou seja, você é proprietário, você é o gestor dela. Você pode produzir sem ir contra as Leis ambientais. Ela tende assim, a se tornar a questão central do que a gente virá a ser um dia. No momento, ela está entrando como componente da questão que a gente ainda tem que trabalhar mais que é a Gestão Participativa de Espaços Públicos. (.. ) A Fundação tem essa característica de começar, produzir e entregar. De não ficar agarrada às coisas. A Fundação pode ser vista assim, como uma incubadora.*

Em seu relato, G.F. discorre sobre o trabalho prático que ele vem desenvolvendo ao longo dos anos, que é buscar construir uma alternativa de ocupação harmônica do homem com a Natureza, e que ele diz não conhecer alternativas melhores. Também eu, ao longo destes 10 anos de convívio no Matutu, tenho percebido que, apesar de um maior adensamento populacional, tanto na Comunidade da Reserva, quanto no Bairro do Matutu e mesmo no Bairro da Pedra, a vegetação e a ocorrência de animais silvestres estão em franco crescimento. Para tal, certamente concorrem o trabalho da Brigada Anti-Incêndio do Matutu e aquele desenvolvido no âmbito da agroecologia<sup>36</sup>, praticada por G.F, na qual demonstra a importância de um conhecimento tácito, já esquecido em vários lugares, e que pode vir a fazer toda a diferença, em termos de ocupação harmônica de áreas de amortecimento, no entorno de áreas de proteção. Em contraponto a esta forma de ocupação proposta por G.F., temos, por exemplo, o entorno do próprio Parque Nacional de Itatiaia, o mais antigo do Brasil, e que, não obstante a existência de uma vigilância intensiva feita pelo IBAMA, repleta de aparatos tecnológicos, sofreu nos últimos 5 anos, dois incêndios que devastaram toda a parte alta do parque.

### 3.3.6 Desafios na Construção do Coletivo

*G.F. (...) alguns poucos daqui se interessaram em continuar desenvolvendo através da Fundação o trabalho, outros tantos ficaram indo junto confiando, mas sem querer entender e se desenvolver dentro dessa forma de trabalhar, e outros tantos, como sempre em qualquer lugar, em qualquer trabalho, ficaram dizendo e reclamando que não era isso que vieram fazer*

---

<sup>36</sup> Trata-se de harmonizar áreas degradadas, ou que sofreram muito com o fogo, retirando os cipós que estrangulam as mudas das árvores e impedem que o sol chegue até o solo; dessa forma, rapidamente essas áreas se recuperam, permitindo que os animais retomem este lugar e que, também o homem possa visitá-los, sem oferecer ameaça aos animais.

*aqui. (...). O que cresceu foi o número dos que vão confiando e vão indo junto,(...) mas sempre tivemos alguma dificuldade quanto a isso.*

*(...) Chegou para baixo, no Vale, ou nos vales vizinhos, isso se torna muito difícil. E acho que isso tem que ser trabalhado agora, junto ao trabalho de capacitação e novas opções de trabalho. Para todos viverem na região sem criar tanto gado, sem queimar campo e sem derrubar árvore. Então, trazer essa consciência, de que cada um tendo cachorro, gato, lâmpadas do lado de fora das casas, casas pintadas de branco e outras cores vivas. E se cada um vai fazendo isso, vai virando uma ocupação desarmônica. (...) Porque entram na paisagem sem pensar que estão enfeando o lugar. Trazem seus gatos, seus cachorros, seu barulho - que é lixo igual o outro lixo de que estão falando tanto. (...) Então, isso deve ser tratado. (...) Tem que ver para poder “ecoliagar-se”. Se não, fica falando para fora, mas ainda não entendeu na forma de agir.*

*L.M. (...) Outra coisa que eu acho um desafio para a Fundação é que, à medida que ela foi se organizando, foi se distanciando da Comunidade berço. Isso se deu, na medida em que ela foi adquirindo uma linguagem diferente. A comunidade entendia de uma forma diferente. Ela, por natureza, é anti-burocrática. É anti-gestão. Ela reclama da liderança carismática e centralizada do G.F., mas recorre a ele sempre que precisa. Acaba que é uma relação de “pai x filho” o tempo todo. A Comunidade vivia este conflito juvenil. E chegou de repente uma nova forma. Mas, ao mesmo tempo, sendo a mesma coisa. Pois ainda é o G.F quem manda. (...) Muitos foram se identificando com essas resistências e foram se afastando da Fundação (...). Vivemos hoje, essa defasagem com a qualificação da*

*mão-de-obra local. Precisa, então, fazer todo um trabalho de capacitação e resgate do que está aqui.(...) Pois as questões da Fundação, queiram ou não, ainda estão muito ligadas às questões da Comunidade. (...)*

**G.F** (...)Então, nós estamos entrando em um novo tempo onde a Fundação poder realizar um trabalho bem maior e mais maduro na nossa região. (...) Penso que este é um momento que vai necessitar sim, de pessoas que venham de fora do Matutu para somar com o Matutu, com a Fundação Matutu. É para trazer técnicas e usos de tecnologias para poder dar conta de ampliar o alcance que a Fundação pode ter nesse momento. (...) Penso, que nós temos condição de nos desenvolvermos e sermos muito mais úteis nessa região. (...) Tem que ser trazido para a Região, novas opções de desenvolvimento, como turismo, abelha, e tantas outras atividades, que não sejam a do gado e a do plantio em montanha, tipo, feijão, milho e essas coisas, que não são para continuar dessa forma. Arando as terras da montanha. Além de trazer novas oportunidades e cursos de capacitação, é importante também trazer uma consciência para estas populações que sempre pensam que o Governo tem que resolver a questão da vida, do povo. (...) mas nós também temos que fazer a nossa parte como cidadãos. Dando, em contrapartida, alguma coisa, como não jogar lixo na natureza, não jogar esgoto nas águas e fazer as coisas mais bem feitas. (...) Eu andei tudo isso detalhadamente antes, durante e depois deste serviço. E tem área para caber tudo que nós precisamos nos próximos cem, duzentos, trezentos ou mais anos. Desde que não queiram um dia fazer aqui mais uma cidade desequilibrada, como as que foram feitas nestes quinhentos anos no Brasil. Então, sendo para uma boa ocupação. Buscando perto da sustentabilidade.

*Aqui está feito (...) com potencial para desenvolver bastante esta história (...) Mas o dia-a-dia, a atenção em tudo o que acontece e no que devemos fazer a cada dia nos ajudou bastante a vir acertando até agora.*

Aqui, G.F. fala das estratégias e dos frutos dessas estratégias, que são as ações, assumindo um caráter de rizoma, na medida em que se expandem, criam movimentos múltiplos de territorialização e desterritorialização. O preço por seguir esse caminho escrito sempre no devir, o vir a ser cotidiano vai se confirmando na identificação de uma maior ou menor harmonia com o lugar. O vale é o meio e a medida que atesta a validade das decisões tomadas.

É notório que o poder político da Fundação se ampliou consideravelmente, por meio do estreitamento das relações dela com várias instâncias do poder político de Minas Gerais, revertendo, de certo modo, a visão que o município de Aiuruoca tinha do Vale do Matutu<sup>37</sup>. Essa ampliação traz, por sua vez, maiores desafios, que passam pela (re)afirmação continuada das práticas desse Coletivo.

*M.F. Bem, é interessante ver também, que a ecologia no Brasil, desde seu início, nas primeiras tentativas de proteção de algumas áreas, legislação ambiental e tudo, para quem está na terra, sempre foi sinônimo do que não pode. Já a agroecologia, da forma que nós estamos desenvolvendo aqui, busca focar no que pode. É uma ação positiva, uma “ação afirmativa”. Em vez de, não pode isso, não pode aquilo. Buscamos ver então, o que é que pode? Bem, pode isso e pode aquilo. Trazendo assim, a Unidade de Conservação para uma existência mais harmônica. Para que ela não seja só o impedimento. Não seja só algo que chegou de repente e foi*

---

<sup>37</sup> Vale ressaltar que muito dessa “nova identidade” está relacionada ao trabalho pessoal de G.F. como uma liderança importante, mesmo sendo seu trabalho não diretamente político partidário.

*“carimbado” no quintal. Dizendo para aquela família que está ali há mais de cem anos, que ela não pode mais nada. Então, já que tem uma Unidade de Conservação. Como a gente vai trabalhar com ela? Para que essa Unidade te favoreça de alguma forma. Seja fazendo com que o seu produto seja um produto diferenciado no mercado, ou que o turismo que virá, seja um turismo diferenciado e mais consciente. Ou seja, buscamos desenvolver uma agenda positiva de convivência com as Unidades de Conservação. É esta a proposta da Fundação Matutu.*

*L.M(...) E na verdade, a ação da Fundação está se desenhando cada vez mais como um programa de Desenvolvimento Sustentável. Este programa tem três componentes: Como os processos de gestão e participação se dão - o que, muitas vezes, é quase um teatro, um simulacro. Ou seja, a questão da representatividade e de como criar indicadores de representatividade. Por exemplo, o grau de escolaridade dos Conselheiros da APA, onde 90% tem nível superior, enquanto a população da APA apenas 10% tem grau superior. Outro componente é a conservação e preservação dos ecossistemas. Aí, entra a criação de RPPNs, Brigadas de incêndio e Reflorestamento. O terceiro componente é sobre as atividades econômicas sustentáveis, turismo, agroecologia, apicultura e o trabalho com as candeias<sup>38</sup>. São estes três componentes que a gente está podendo perceber*

---

<sup>38</sup> A Candeia (*eremanthus eritropappus*) é uma árvore nativa da Mata Atlântica, cuja madeira é utilizada para moirões de cerca e móveis artesanais, além de ser fonte do óleo de onde se extrai o *alfabizabolol*, de grande importância para a indústria de cosméticos. A região da Serra do Papagaio ainda apresenta a presença de vastos candeais (bosques de candeias). Fonte: SEBRAE/FUNDAÇÃO MATUTU. **Programa de Desenvolvimento Sustentável da Serra do Papagaio**, 2006. Aiuruoca – MG. Disponível em <http://matutu.org.br>. Acesso em 08/05/2007.

*que precisa trabalhar. Sendo que a questão da educação é transversal a todos eles.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria do Coletivo do bom mundo comum de Bruno Latour não apresenta respostas fáceis ou um caminho absolutamente claro para se trilhar. Ao desmascarar as purezas da antiga constituição, abre possibilidades de entendimento da realidade muito mais amplas, já que o “parlamento das coisas” não pertence ao futuro, como uma utopia a se concretizar, mas sim, ao presente, na qualidade de vetor de devir, ou “experiência de pensamento”. Conforme dito por LATOUR (2004):

*“(...) os modernos passavam sempre do confuso ao claro do misto ao simples, do arcaico ao objetivo, e que subiam, portanto, a escada do progresso, nós vamos progredir também, mas descendo sempre por um caminho que não é o da decadência: iremos sempre do misto a outro mais misto, do complicado ao mais complicado, do explicado ao **implicado**. Não esperamos mais do futuro que nos emancipe dos vínculos, mas que nos ligue, pelo contrário, com os nós mais apertados a multidões mais numerosas de aliens que se tornaram membros integrantes do Coletivo em vias de formação.” (LATOUR, 2004, p.312).*

Como cartógrafo, fui tateando cada vez mais dentro da floresta escura deste vale de mil platôs, chamado Matutu. Assim, trilhando os passos apontados por Latour, Stengers, Rolnik, Deleuze e Guattari, fui compreendendo que estudar o Coletivo com o enfoque da Ecologia Política é estar aberto para a presença da perplexidade na próxima iteração do trabalho. Percebi, assim, que é exatamente a perplexidade que atesta, como uma “pedra de toque” psicossocial, a legitimidade do postulante no Coletivo.

Cabe, a esta altura, retomar as perguntas que nos acompanharam em nossa jornada: “Quem somos nós?” e “Podemos viver em conjunto?”. Posso dizer que discernei algumas vozes que falam através desse Coletivo e em seu nome. Mobilizei alguns actantes, entrelacei relatos, buscando pistas que me permitissem configurar esta rede/Coletivo que é a Fundação Matutu. Coletivo feito de misturas, que busca ampliar o convívio harmônico do homem com a natureza, para além das implicações puramente humanas – qualidade de vida; qualidade da água, do ar – propondo uma alternativa de territorialização onde o “viver-com” passa pelo



vizinho, pelo clima, pela vegetação, pela espiritualidade. Isto fica mais claro quando as proposições avançam na direção de cursos de capacitação de cidadania, gestão participativa para as novas gerações, educação sócio-ambiental aos novos entrantes do Vale; e também na proposição de políticas públicas, que sugerem algum tipo de contrapartida a ser dada por todos aqueles que dividem este território onde a Natureza é um dos principais actantes.

Os confrontos, neste Coletivo, são muitos, que vão se desdobrando em novas complexidades. Uma hora parece que a luta é por territorialização contra a desterritorialização, que se dá, tanto pelo fogo, quanto pelo poder da "mão pesada" do Estado e sua truculência na implantação de Áreas Protegidas. Em outros momentos, trata-se da busca do ponto de equilíbrio que concilie harmonicamente as experiências comunitárias existentes no Vale e os projetos desenvolvidos pela Fundação. Uma coisa é certa: todos estão afetivados por esses mil platôs que compõe este Vale-Rizoma. Em cada um dos temas abordados pelos agentes, percebemos ressoar a máxima de LATOUR (2004), na qual *“todo agregado, qualquer que seja ele, precisa de um trabalho de (re)apreensão. (...) Não há agrupamento sem (re)agrupamento, não há reagrupamento sem uma palavra mobilizadora”*. (LATOUR, 2004, P.20).

Pude sentir os ecos desta “palavra mobilizadora” por todo o Vale e ousou dizer que saber “quem somos nós” passa por reconhecer que são muitas as vozes neste Coletivo, vozes que encontraram seus canais de afetivação, seja por meio de caminhadas, cavalgadas, banhos nos rios e cachoeiras, na prosa na casa dos amigos, no “trabalho” do Daime, e tantos outros rituais ecumênicos que ocorrem por todo o Vale; ou ainda, nas ações da Brigada e trabalhos de agroecologia; e, sobretudo, no enfrentamento cotidiano dos desafios de uma gestão participativa. Trata-se de uma forma de convívio que está aos poucos sendo sistematizada pela Fundação Matutu e que, certamente, já produz algumas ressonâncias. Que pode ser

compreendida, de certa forma, como intensidades e desejos pedindo passagem para se expressar.

Assim, de forma a dar prosseguimento ao trabalho de sistematização dos processos em curso no Vale do Matutu e, como recomendação para trabalhos futuros, fica a urgência de um trabalho de bioprospecção de forma a poder sistematicamente ir construindo indicadores de impacto das atividades em curso na região.

Isto nos remete uma vez mais à idéia de que a Fundação Matutu não é uma “obra acabada”, como, de certo modo, seu estatuto poderia levar a crer. Obviamente este estatuto se constitui no que Latour chama de um “dispositivo de inscrição”, ou seja, uma “*estrutura (sejam quais forem seu tamanho, sua natureza e seu custo) que possibilite uma exposição visual de qualquer tipo num texto*” (LATOURE, 2000, p.112), que permite atuar à distância sobre eventos, lugares e pessoas. O dispositivo “Estatuto da Fundação Matutu” possui os meios que o torna, ao mesmo tempo, móvel – para que possa ser trazido e levado de um lugar a outro – estável – para que possa ser trazido e levado sem grandes distorções, decomposições ou deteriorações – e combinável – de tal modo que possa ser acumulado ou agregado com outros dispositivos. Um olhar mais atento ao Estatuto possibilita perceber sua *mobilidade*, posto que ele permite apresentar a Fundação Matutu nos mais diferentes meios lugares – inclusive aqui, neste documento; sua *estabilidade*, na medida em que os actantes, a despeito de suas traduções, são capazes de compreendê-lo e apreendê-lo; e sua *combinabilidade*, pois a Fundação Matutu se expressa através da combinação de seu estatuto com outros acordos do coletivo. É justamente esta última característica que possibilita o não-fechamento deste dispositivo, que “fala” pela Fundação Matutu, mas não veda o diálogo nem a apropriação diferenciada pelos diferentes actantes que participam e/ou interagem na Fundação.

Assim, ao mesmo tempo que o estatuto representa a instituição da Fundação como um “uniforme”, um “terno”, que dotou o movimento de territorialização em curso no Vale do

Matutu de uma inscrição “oficial”, demonstrou, ao mesmo tempo, ao ter seus objetivos expressos de forma ampla<sup>39</sup>, a sensibilidade dos constituidores da Fundação Matutu para as mudanças e transformações em curso no Vale, acertadamente compreendido não como um todo harmônico, isento de tensões, mas sim como fluxo, como uma rede sociotécnica feita de controvérsias e desejos buscando expressão.

Pude perceber que algumas regras de convívio existentes na Comunidade da Reserva, muitas vezes não encontram ressonância no restante do Vale. Como exemplo, pode-se citar a proibição de animais domésticos; a indicação de se evitar luzes externas que impediriam os vizinhos de se conectarem com a beleza do céu à noite; ou ainda, a importância de tentar ser o mais discreto possível na arquitetura e pintura das casas, para que não procurem chamar a atenção para si, em detrimento da beleza do lugar, da paisagem. Essas questões que, a primeira vista, podem parecer “idiosincrasias” de G.F. e de alguns membros da Comunidade, são frutos de negociações entre os que compartilham uma Comunidade-Coletivo, compreendida como composto não apenas por humanos, mas também pelos não-humanos, e que precisam ter também seus interesses considerados neste “bom mundo comum”.

Outra questão que ressalta, sobretudo nos relatos, é que, em diferentes momentos, a Fundação Matutu é colocada na posição de “ferramenta” para o serviço, o que poderia ser visto como uma espécie de “objetificação” ou “utilitarismo”. Como para o cartógrafo, não existem nem sujeitos nem objetos, mas sim atores neste Coletivo rizomático, podemos sugerir um sentido alternativo para tal colocação. Arriscaríamos dizer que tal fato ocorre naqueles momentos em que algum agenciamento está sendo efetivado. Ou seja, o instante ‘ferramenta’ é aquele em que a Fundação Matutu se conecta para produzir um efeito – efeito esse identificado pelos atores.

---

<sup>39</sup> Vide íntegra do estatuto da Fundação Matutu nos ANEXOS neste documento.

Chego ao fim deste trabalho, certamente, com muito mais perguntas do que quando iniciei a minha jornada. Por mais paradoxal que possa parecer, percebo, satisfeito, que nenhuma das versões/vozes que pude ouvir é conclusiva, nenhuma porta a verdade sobre o actante que busquei cartografar. São apenas expressões de um devir que, como bússolas sofrendo de alguma anomalia magnética inexplicada, apontam para Nortes mutáveis rizomáticos. A própria coleta destes relatos foi uma experiência passível de ser cartografada, o que pode ser observado na fluidez dos textos. As maiores intervenções se deram nos bastidores, por meio das perguntas e das longas conversas contemplando o Vale em seus diferentes ângulos e momentos. Onde cada um imprimiu o seu ritmo, cabendo ao cartógrafo respeitar e apenas registrar essas impressões. Para isso, serviram os anos de amizade e de trabalho comum na Fundação, assim como de inúmeras conversas informais que permitiram a “a(fe)tivação” do cartógrafo no contexto da pesquisa. Porém, de nada valeriam esses anos de convivência se eles não tivessem enxergado uma real utilidade no trabalho aqui proposto.

Pois, como já disse, tudo está condicionado ao tempo do Vale do Matutu, expressão maior dos interesses desse actante. Tempo que tanto pode se referir ao clima, por vezes inóspito, seja pelo frio intenso no inverno, seja pelas chuvas intermináveis que inviabilizam os acessos ao Vale no verão; como também remete ao tempo do lugar, onde as “coisas demoram”, porque é difícil conseguir as coisas e todo mundo tem sempre muito a fazer, seja cuidar de uma horta, de uma cerca, da água que “entupiu” o cano, ou mesmo de um “projeto que precisa terminar e mandar o relatório com urgência”. Felizmente, todos concordamos que este trabalho pode contribuir para fazer uma (re)apreensão de todo o processo vivido neste Vale. Para que, assim, cada um possa compor o seu próprio ritornelo.

Neste trabalho, como cartógrafo, pude confirmar o que a expressão “mapa não é território” quer dizer de fato. Chego assim, ao final desta experiência, feliz com o caminho percorrido até aqui. E, como no poema “Ítaca”, de Kaváfis, em que o herói “faz votos de que o

*caminho seja longo, repleto de aventuras, repleto de saber (...)*”, eu, que fiz de Matutu minha Ítaca, sinto que o caminho está apenas começando, e este trabalho de relato cartográfico é, felizmente, um passo importante desta jornada...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, J.P.O. **Aiuruoca** – Matutu e Pedra. São Paulo. Editora EDUSP. 1994

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, vol. 1, 1995.

GUATTARI, F. **O Inconsciente Maquínico**: ensaios de esquizo-análise. Campinas (SP): Editora Papirus. 1988

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**, cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

LATOUR, B. (1994) - **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34.

\_\_\_\_\_ (2002) **The Promises of Constructivism** . Disponível na Internet via [www.ensmp.fr/~LATOUR/articles/article/087.html](http://www.ensmp.fr/~LATOUR/articles/article/087.html) Acesso em dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_ (2000) **Ciência em Ação** – São Paulo. Ed. UNESP

\_\_\_\_\_ (2004) **Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia** – São Paulo. Ed. UNESP

PINTO, M.C.O. **Processos de Subjetivação na Música e na Musicoterapia** – Tese de Doutorado, p.169. UFRJ/IP/EICOS,2007, Mimeo

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**. Transformações Contemporâneas do Desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS,2007

SEBRAE/FUNDAÇÃO MATUTU. **Programa de Desenvolvimento Sustentável da Serra do Papagaio**, 2006. Aiuruoca –MG. Disponível em <http://matutu.org.br>. Acessado 08/05/2007.

SEBRAE/FUNDAÇÃO MATUTU. **Diagnóstico Sócio-econômico Cultural da Micro-bacia do Ribeirão da Água Preta**. (2007), Aiuruoca – MG. Mimeo

KAVAFIS, K. **Poemas**. Rio de Janeiro, Ed Nova Fronteira.1990

STENGERS, I. **A Invenção das Ciências Modernas**. São Paulo. Ed. 34, 2002

**SITES CONSULTADOS:**

<http://www.matutu.org.br>

<http://mma.gov.br>

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ANDRADE, Thales de, 2005 - *Inovação e Ciências Sociais: em busca de novos referenciais*. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2005, vol.20, no.58, p.145-156. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092005000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000200007&lng=en&nrm=iso), acessado em 13/02/06.

BRUESEKE, F , (2002)- **A modernidade técnica**, Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 135-144, 2002.

CALLON, M., 1995 - *Technological Conception and Adoption Network: Lessons for the CTA Practioner*” in Rip, Arie; Misa, Thomas J.; Schot, Johan (eds) *Managing Technology in Society*, Pinter 1995.p. 307-330.(Tradução livre de Ivan da Costa Marques – NCE-UFRJ (reprodução livre, em Português Brasileiro, do texto original de Michel CALLON para fins de estudo, sem vantagens pecuniárias envolvidas. Todos os direitos preservados). Disponível em <http://www.necso.ufrj.br/Trads/Rede%20de%20concepcao%20e%20adocao.rtf>, Acessado em 12/01/06.

FERREIRA, A.A.L, (2001-2002) – **Cruzando as redes: o empirismo radical e a teoria do ator-rede enquanto monismos pluralistas**, in Série Documenta, Rio de Janeiro, UFRJ Programa EICOS.

LAW, J. – (1987) - **Notas sobre a teoria do ator-rede: ordenamento, estratégia, e heterogeneidade**. (tradução de Fernando Manso). Disponível em <http://www.necso.ufrj.br/Trads/nota%20sobre%20teoria%20Ator-Rede.htm>. Acessado: 05/01/2006.

MORAES, M.: 2004. **A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas**. In *História, Ciências, Saúde* — Manguinhos, vol. 11(2): 321-33, maio - ago.

PEDRO, R.; PACHECO A.L.C. - **Natureza e Sociedade nas Redes Sociotécnicas: O Ecoturismo sob o Modelo dos Coletivos** in D'AVILLA NETO, M.I.; PEDRO, R.(Org) *Tecendo o Desenvolvimento – Saberes Gênero Ecologia Social*. Mauad:Bapera Editora. Coleção EICOS, Rio de Janeiro, 2003.

PEDRO, R. (2005): **Tecnologias de Vigilância: Um Estudo Psicossocial a Partir da Análise de Controvérsias**. In: Anais do 29º Encontro anual da ANPOCS, CD-ROM, 2005.



**GLOSSÁRIO:**

**Acompanhamento:** *um dos três poderes do coletivo; procura o caminho de prova que permite à experiência coletiva explorar a questão dos mundos comuns(...).*

**Atuante, ator:** *atuante é um termo da semiótica que diz respeito aos humanos e aos não-humanos; é ator quem se transforma em outro num ensaio.*

**Bem comum:** *a questão do bem comum se limita normalmente à questão moral, deixando de lado a questão do mundo comum, que define os estados de fato; o Bem e a Verdade permanecem então separados; fendem-se aqui as duas expressões para falar do bom mundo comum ou cosmo.*

**Bicameralismo:** *expressão de ciência política para descrever os sistemas representativos com duas câmaras(...)busca-se aqui o sentido de descrever a repartição de poderes entre a natureza e a política.*

**Coletivo:** *(...) procedimento para coligar as associações de humanos e de não-humanos.*

**Consideração:** *um dos três poderes do coletivo, que obriga a se propor a pergunta: com quantas proposições novas devemos constituir o coletivo?*

**Humanos e não-humanos:** *(...) Não tem nenhuma outra significação além da negativa: ela recorda somente que não se fala jamais nem de sujeitos nem de objetos do bicameralismo antigo.*

**Moderno:** *não designa um período mas uma forma de passagem do tempo; (...) É pós-moderno o que suspende esta passagem sem substituí-la. É não-moderno ou ecológico o que substitui a passagem do tempo moderno pela retomada em conta do que havia sido externalizado.*

***Mundo comum:** a expressão designa o resultado provisório da unificação progressiva das realidades exteriores(...).*

***Pluriverso:** como a palavra uni-verso tem o mesmo defeito que aquele de natureza, designa as proposições candidatas à existência comum(...)*

***Porta-voz:** expressão usada, de início, para mostrar a relação profunda dos representantes dos humanos (no sentido político) e dos representantes dos não-humanos (no sentido epistemológico). Serve, em seguida, para designar todos os embaraços de fala que explicam a dinâmica do coletivo. (...)*

(Fonte: adaptado de LATOUR, (2004) **Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia** – São Paulo. Ed. UNESP)

## ANEXOS

### ESTATUTO SOCIAL DA FUNDAÇÃO MATUTU

#### **CAPÍTULO I - Denominação, Sede e Duração**

**Art. 1º** - A **Fundação Matutu** é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída pela escritura pública de Constituição de Fundação, lavrada a folhas 84 e 89 do livro 733-M do 9º Ofício de Notas de Belo Horizonte, sediada na Reserva Natural Matutu, zona rural do município de Aiuruoca, no Estado de Minas Gerais.

§ 1º - A **Fundação Matutu** tem finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades, vedada a distribuição, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores ou doadores, de eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

§ 2º - É vedada a distribuição de bens e parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.

**Art. 2º** - A duração da **Fundação Matutu** será por tempo indeterminado.

#### **CAPÍTULO II – Das Finalidades**

**Art. 3º** - A **Fundação Matutu** tem por finalidade:

IX.Promover o aprimoramento humano;

X.Promover o desenvolvimento sustentável;

XI.Defender, preservar e conservar o meio ambiente e a biodiversidade, privilegiando sua dotação inicial, localizada na Serra do Papagaio, Aiuruoca, Minas Gerais, Brasil e áreas que a ela forem incorporadas;

XII.Promover a cultura;

XIII.Resgatar, defender e preservar os patrimônios: histórico, arqueológico, espeleológico, cultural artístico e ambiental;

XIV.Experimentar novos modelos socio-produtivos e sistemas alternativos de produção, comércio, emprego, crédito e renda;

XV.Promover estudos e pesquisas relativas às finalidades da FUNDAÇÃO;

XVI.Desenvolver e implementar tecnologias, produzir e divulgar informações, conhecimentos técnico-científicos afins.

§1º - As finalidades serão atingidas mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

§ 2º - Na implementação das finalidades a **Fundação Matutu** poderá celebrar acordos, parcerias, contratos e convênios com pessoas físicas ou jurídicas nacionais e/ou estrangeiras.

**Art. 4º** - Para o cumprimento das suas finalidade a FUNDAÇÃO desenvolverá preferencialmente as seguintes atividades:

XIII. Criação de escolas, núcleos educacionais e núcleos de monitoramento;

- XIV. Gerenciamento, vigilância, e manejo de ecossistemas em áreas de sua propriedade e/ou em outras áreas de conservação ambiental;
- XV. Implementação de projetos que visem criar e/ou harmonizar sistemas socio-produtivos, propiciando meios auto-sustentáveis de mútua subsistência;
- XVI. Promover a criação e fortalecimento de cooperativas/associações ou organizações afins;
- XVII. Estimular e contribuir para a criação, adequação e sistematização de legislação nos níveis municipais, estaduais e federal, visando instrumentalizar a sociedade para promover o desenvolvimento sustentável;
- XVIII. Editar, publicar e divulgar materiais informativos, educacionais, promocionais, culturais e técnico-científicos;
- XIX. Organizar e promover eventos;
- XX. Implementar rede de intercâmbio com organizações governamentais e não governamentais nacionais e/ou estrangeiras;
- XXI. Prestar serviços de consultoria, instrutoria e assessoria;
- XXII. Realizar estudos e pesquisas;
- XXIII. Criação e gerenciamento de sistemas de informações, através do desenvolvimento de metodologias;
- XXIV. Desenvolver, organizar e implantar planos de trabalho, planos de manejo e atividades afins.

**Art. 5º** - O patrimônio da **Fundação Matutu** é constituído pela dotação inicial, localizada na Serra do Papagaio, Aiuruoca, MG conforme escritura de instituição e por bens e valores que a este venham a ser adicionados, através de:

- I. Doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, ouvindo o Ministério Público nos casos de doações com encargos;
- II. Subvenções que, eventualmente lhe sejam destinadas pelo Poder Público;
- III. Bens que a qualquer título vier a adquirir;
- IV. Rendas originárias de seus bens;
- V. Receitas auferidas com patrocínios da promoção de eventos, seminários, prestação de serviços, etc.

**Art. 6º** - A **Fundação Matutu** destinará preferencialmente, recursos para a constituição de um Fundo Financeiro, cuja renda contribuirá para a garantia de sua manutenção e autonomia econômico-financeira, de acordo com suas finalidades.

**Art. 7º** - A alienação ou a constituição de qualquer ônus sobre bens ou direitos integrantes do Ativo Permanente da **Fundação Matutu**, far-se-á somente respeitando as disposições constantes neste Estatuto e no regimento interno, sendo necessário, para tanto, a aprovação de dois terços do Conselho Curador e da oitiva do Ministério Público.

#### **CAPÍTULO IV – Da Composição e dos órgãos**

**Art. 8º** - A **Fundação Matutu** é composta de:

- I. Fundadores; pessoas físicas indicadas pelo Instituidor, que poderão atuar na orientação e direção da Fundação, na consecução de suas finalidades, e que primeiramente compuserem o denominado “Quadro Ativo da Fundação”.
- II. Membros: pessoas físicas, distinguidas pelo Conselho Curador entre os cooperadores, para comporem o “Quadro Ativo da Fundação”.

- III. Colaboradores: pessoas físicas ou jurídicas que contribuam com a FUNDAÇÃO na realização dos seus objetivos, segundo critérios a serem determinados no Regimento Interno pelo Conselho Curador.

**Art. 9º** - São órgãos da **Fundação Matutu**

- I. Conselho Curador
- II. Conselho Consultivo
- III. Conselho Fiscal

**SESSÃO I – Do Conselho Curador**

**Art. 10º** - O Conselho Curador, órgão máximo de deliberação da **Fundação Matutu**, composto de, no mínimo, 03 (três) e no máximo 11 (onze) membros, com mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução, escolhidos dentro do Quadro Ativo da Fundação, sendo referendados pelo Conselho Curador ou pelo Instituidor.

§ 1º - Nas ausências ou impedimentos temporários, os membros do Conselho Curador serão substituídos por outro conselheiro, mediante indicação do próprio ausente, o qual expressará nas deliberações o voto do conselheiro ausente além de seu próprio voto.

§ 2º - Cada conselheiro poderá representar na mesma reunião 01 (um) conselheiro ausente.

§ 3º - Na hipótese de vigência, em que o número de conselheiros fique inferior ao mínimo exigido, haverá a indicação de novos conselheiros, dentro do “Quadro Ativo da Fundação”, que terão os seus mandatos fixados até o término dos demais.

**Art. 11º** - O Conselho Curador e seu respectivo Presidente serão escolhidos e definidas as reconduções quando for o caso, pelo próprio Conselho com antecedência mínima de 30 dias ao término dos mandatos vigentes.

§ 1º - O Presidente do Conselho Curador convocará reunião específica para este fim.

§ 2º - O quorum mínimo desta reunião para definição e posse dos membros do Curador é de 50% do total de Conselheiros.

**Art. 12º** - O Conselho Curador se reunirá ordinariamente a cada 06 (seis) meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente, com a presença de, no mínimo 1/3 (um terço) dos seus membros.

§ 1º - As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, sendo que das reuniões Conselho lavrar-se-ão atas contendo os assuntos tratados e as deliberações tomadas.

§ 2º - O Presidente do Conselho Curador terá também voto de qualidade;

§ 3º - Os membros da Diretoria Executiva poderão, quando convidados, participar das reuniões do Conselho Curador, porém sem direito a voto.

**Art. 13º** - Compete ao Conselho Curador deliberar sobre as seguintes matérias:

- I. Alteração do Estatuto;
- II. Orçamento-programa e suas eventuais alterações;
- III. Plano normativo de aplicação do patrimônio e novos investimentos;
- IV. Relatório anual e prestação de contas do exercício, após a apreciação do Conselho Fiscal.



- V. Aquisição e alienação de bens imóveis, constituição de ônus ou direitos reais sobre os mesmos, edificação em terreno de propriedade da **Fundação Matutu** e de suas controladas;
- VI. Aceitação de doações, com ou sem encargos;
- VII. Abertura ou fechamento de unidades em qualquer parte do território nacional;
- VIII. Indicação e destituição da Diretoria Executiva e de seus membros e outros cargos de cunho administrativo;
- IX. Destituir, mediante a observação do quorum de maioria absoluta do Conselho Curador, membros do Quadro Ativo da Fundação;
- X. Nomear e indicar pessoas físicas, entre os Colaboradores, para membros do Quadro Ativo da Fundação, ouvindo os demais Conselhos da Entidade;
- XI. Extinção da **Fundação Matutu** e de suas controladas e destinação de seu patrimônio, observada a legislação em vigor;
- XII. Orientação à diretoria, mediante propostas e sugestões, na consecução das finalidades da **Fundação Matutu** e no bom desempenho de suas ações gerenciais;
- XIII. Aprovação do relatório anual e da prestação de contas da **Fundação Matutu**;
- XIV. O quorum mínimo para deliberações será de maioria simples;
- XV. Casos omissos neste Estatuto.

## **SESSÃO II – Do Conselho Consultivo**

**Art. 14º** - O Conselho Consultivo é o órgão de assessoramento da **Fundação Matutu** na consecução dos seus objetivos institucionais, sendo composto por número indeterminado de pessoas físicas nomeadas pelo Conselho Curador.

**Art. 15º** - O Conselho Consultivo terá um Presidente e um Vice-presidente nomeados pelo Conselho Curador, correspondendo cada mandato a um período de 03 (três) anos, permitida a recondução.

**Art. 16º** - Compete ao Conselho Consultivo:

- I. Dar parecer técnico sobre projetos, planos e atividades da FUNDAÇÃO, sempre que achar necessário ou for solicitado pelo Conselho Curador;
- II. Comparecer às reuniões do Conselho Curador, sempre que houver necessidade de maiores esclarecimentos sobre seus pareceres.

§ único - O Conselho Curador definirá, no instrumento de convocação das reuniões, a forma de apresentação destes pareceres, bem como a participação e representação do Conselho Consultivo.

### **SESSÃO III – Da Administração da Fundação Matutu**

**Art. 17º** - A **Fundação Matutu** será administrada por profissionais contratados pelo Conselho Curador.

§ 1º - A estrutura administrativa e seu organograma serão dimensionados conforme o volume de atividades a ser administrado, podendo variar em função do número de programas, projetos e necessidades da **Fundação Matutu**. Poderão ser criadas e/ou eliminadas coordenações bem como as respectivas estruturas funcionais.

§ 2º - Os membros que compõem a Diretoria Executiva serão contratados e remunerados.

**Art. 18º** - Compete a Diretoria Executiva, conforme as diretrizes fundamentais e as normas gerais baixadas pelo Conselho Curador, cumprir e fazer executar:

- I. Investir recursos disponíveis da **Fundação Matutu** e suas controladas;
- II. Contratar e dispensar prestadores de serviços e funcionários;
- III. Realizar operações de crédito, desde que não onerem os bens imóveis;
- IV. Enviar relatórios para o Conselho Curador e Conselho Fiscal;
- V. Fornecer relatórios periódicos das ações e atividades da Administração ao Conselho Curador e extraordinariamente quando lhe for solicitado;
- VI. Comparecer às reuniões do Conselho Curador sempre que houver necessidade de maiores esclarecimentos sobre os seus pareceres;
- VII. Administrar as verbas destinadas aos programas e projetos, definidos pelo Conselho Curador e conforme definições do Conselho Fiscal da Entidade;
- VIII. Manter registros da atividade financeira da Entidade em relação aos fornecedores, patrocinadores e demais mantenedores, gerando relatórios e acompanhando as atividades contábeis;
- IX. Conduzir e viabilizar a execução de projetos e ações, observando as diretrizes e definições do Conselho Curador, no intuito de implementar e atingir as finalidades e objetivos da FUNDAÇÃO;

**Art. 19º** - Os membros da Diretoria Executiva terão plena autonomia para o desempenho de suas funções, observados os programas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.

#### **SESSÃO IV – Do Conselho Fiscal**

**Art. 20º** - O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador da administração da **Fundação Matutu**, sendo composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes escolhidos pelo Conselho curador, com mandato de 03 (três) anos permitida a recondução.

**Art. 21º** - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Dar parecer escrito sobre os relatórios e demonstrações contábil-financeiras da FUNDAÇÃO, procedendo às ressalvas, sempre que estas se fizerem necessárias;
- II. Recomendar a realização de auditoria externa quando julgar necessário;
- III. Comparecer às reuniões do Conselho Curador sempre que houver necessidade de maiores esclarecimentos sobre os seus pareceres;
- IV. Opinar sobre qualquer matéria que envolva o patrimônio da FUNDAÇÃO, quando julgar necessário.

#### **CAPÍTULO VIII – Do Regimento Interno da Fundação Matutu**

**Art. 22º** - O Conselho Curador, ao elaborar o Regimento Interno da **Fundação Matutu**, fixará:

- I. O modo da resolução nos casos omissos neste Estatuto;
- II. As atribuições do seu Presidente, Vice-presidente e membros não constantes neste Estatuto;
- III. As atribuições dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo não constantes neste Estatuto;
- IV. As atribuições da Diretoria Executiva, assim como de diretores, coordenadores, e departamentos constantes ou não neste Estatuto;

§ único - Ao Ministério Público será dada ciência das adequações e ou reformas deste Estatuto.

## **CAPÍTULO IX – Da extinção da Fundação**

**Art. 23º** - A **Fundação Matutu** extinguir-se-á por decisão da maioria absoluta do Conselho Curador, depois de ouvidos os órgãos da Entidade, na hipótese de verificar impossibilidade de sua continuidade.

§ único – A decisão da extinção da FUNDAÇÃO só poderá ser tomada com a presença e anuência de um representante do Ministério Público.

**Art. 24º** - Decidida à extinção da **Fundação Matutu**, nomear-se-á uma Comissão Liquidante, responsável pelas providências necessárias a execução da deliberação dentre as quais se aponta a publicação das justificativas da extinção em periódicos de grande circulação na sede e foro da FUNDAÇÃO.

§ único - Sendo resolvida a extinção, o patrimônio e os bens, satisfeitas as obrigações, serão destinados a uma instituição (OSCIP) como determinado na Lei Federal nº. 9.790/99 e Lei do Estado de Minas Gerais nº. 14.870/03.

## **CAPÍTULO X – Do Regime das Demonstrações Contábeis**

**Art. 25º** - O exercício financeiro da **Fundação Matutu**, encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

**Art. 26º** - As demonstrações contábeis serão, dentro dos primeiros 120 (cento e vinte) dias do ano, encaminhadas ao Conselho Curador, na pessoa de seu Presidente. Este terá 30 (trinta) dias para apreciá-la e encaminhar ao Conselho Fiscal, que terá idêntico prazo para manifestar-se.

§ único – Ouvidas as manifestações desses dois conselhos as demonstrações contábeis deverão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, serem encaminhadas ao Ministério Público,

facultando-lhes acesso aos livros e assentamento da FUNDAÇÃO, para exames e fiscalização que entenderem necessários.

## **CAPÍTULO XI – Das Disposições Gerais**

**Art. 27º** - Os membros dos Conselhos Curador, Fiscal e Consultivo da **Fundação Matutu** exercerão seus cargos sem qualquer modalidade de remuneração, bem como recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens pelos cargos exercidos.

**Art. 28º** - Atendendo ao dispositivo do artigo 4º da Lei Federal nº. 9.790/99 de 23/03/99 e Lei do Estado de Minas Gerais nº. 14.870/03 de 15/12/03 para qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, ficará incorporado ao presente estatuto as seguintes normas:

- I. Observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da razoabilidade e eficiência, para aplicação de recursos e gestão de bens públicos;
- II. A adoção de práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes para coibir a obtenção, individual e coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação nas atividades da FUNDAÇÃO.
- III. A constituição do conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da **Fundação Matutu**;
- IV. Em caso de dissolução da **Fundação Matutu**, o patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei Federal nº. 9.790/99 e Lei do Estado de Minas Gerais nº. 14.870/03, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo

social da **Fundação Matutu** ou na falta de pessoa jurídica com essas características, à União e ao Estado, na proporção dos recursos por eles alocados;

- V. Na hipótese da **Fundação Matutu** obter e, posteriormente, perder as qualificações instituídas pela Lei Federal nº. 9.790/99 ou Lei do Estado de Minas Gerais nº. 14.870/03 o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perduraram aquelas qualificações, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão contabilmente apurados e transferidos a outra pessoa jurídica qualificada nos termos das mesmas Leis, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social, ou, na falta de pessoa jurídica com essas características, à União e ao Estado de Minas Gerais, na proporção dos recursos públicos por eles alocados;
- VI. Possibilidade de instituir remuneração para os dirigentes da **Fundação Matutu** que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados no mercado na região correspondente à sua área de atuação;
- VII. As normas de prestação de conta a serem observadas pela **Fundação Matutu** ficam determinadas no mínimo:
- A. Observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
  - B. Publicação das demonstrações financeiras, na imprensa local, juntamente com o resumo das atividades, certidão negativa de débitos do INSS e FGTS, bem como colocar à disposição do público em geral;

- C. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- D. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebida pela **Fundação Matutu** como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público será realizada conforme determinado no parágrafo único do artigo 66 da Constituição Federal e conforme determina o artigo 73 e seguintes da Constituição do Estado;

**Art. 29º** - Os cargos da Diretoria Executiva e departamentos administrativos serão exercidos por profissionais competentes, contratados e/ou nomeados, que respondem subordinando-se diretamente ao Presidente do Conselho Curador.

**Art. 30º** - A reforma do Estatuto somente será permitida se aprovada por 2/3 (dois terços) do Conselho Curador, depois de ouvidos o Conselho Consultivo e o Ministério Público.

**Art. 31º** - A **Fundação Matutu** não poderá receber qualquer tipo de doação ou subvenção que comprometa sua independência ou autonomia perante os eventuais donatários ou subventores.

**Art. 32º** - A **Fundação Matutu** não se envolverá com questões religiosas, ideológicas, político-partidárias ou em quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos.

**Art. 33º** - O presente Estatuto entrará em vigor no momento de seu arquivamento no Cartório competente.



## ASPECTOS SOCIO-GEOGRÁFICOS

Graças ao seu tamanho e forma, a Serra da Mantiqueira é considerada um verdadeiro depósito natural de água, interceptando a umidade do ar que circula, que ao subir às alturas se condensa, formando nuvens que produzem chuva. Além disso, ela abriga grandes reservatórios de diversidade biológica e recursos hídricos que abastecem as principais bacias da região sudeste: dos rios Paraíba do Sul, Tietê e Paraná (principal formador do Rio da Prata na divisa entre Brasil e Argentina).

Uma das mais importantes cadeias de montanha do sudeste brasileiro. A serra da Mantiqueira tem grande parte de seu território legalmente protegida pelo Decreto (no 91.304/85), que dispõe sobre a implantação da APA. O Art. 2º deste decreto dispõe que a APA além de garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional, tem por objetivo proteger e preservar:

- a) parte de uma das maiores cadeias montanhosas do sudeste brasileiro;
- b) a flora endêmica e andina;
- c) os remanescentes dos bosques de araucária;
- d) a continuidade da cobertura vegetal do espigão central e das manchas de vegetação primitiva;
- e) a vida selvagem, principalmente as espécies ameaçadas de extinção.

Região de acesso difícil, a serra pôde preservar até os dias de hoje um valioso remanescente de Mata Atlântica, bioma reconhecido como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988 e homologado Reserva da Biosfera em 1992 pelo Programa *Man and Biosphere* (MaB) da UNESCO. A relevância da Mata Atlântica foi reconhecida internacionalmente com sua classificação como a oitava área prioritária para a conservação da biodiversidade do planeta. No âmbito nacional, o trabalho conjunto realizado pela

organização SOS Mata Atlântica e pela UNESCO (através do MaB), mostra que, mesmo degradados e continuamente corroídos por desmatamentos ilegais, os últimos ecossistemas remanescentes da Mata Atlântica garantem o abastecimento de água para cerca de 120 milhões de brasileiros que vivem na extensa faixa leste do país, responsável por 70% do PIB brasileiro.

A subdivisão da unidade de produção e o desaparecimento das florestas impõem a adoção de práticas de conservação dos solos e da água, como forma de possibilitar a sustentabilidade da produção de alimentos e evitar os efeitos desastrosos de secas e enchentes cada vez mais intensas. Paralelamente à degradação dos recursos naturais, percebe-se o empobrecimento da cultura popular e o enfraquecimento do uso medicinal da biota.

Após mais de 20 anos de ausência de recursos e administração formal, a APA tornou-se uma UC sem vínculos com a população local e impotente perante as principais ameaças ambientais, como a especulação imobiliária, o turismo e o abandono das populações empobrecidas à sua própria sorte – fatores que vêm determinando a ocupação sem controle do solo em uma área de recarga dos mananciais hídricos.

Vivem hoje dentro da APA mais de 400 mil pessoas, cerca de um terço delas no meio rural. No Rio de Janeiro e São Paulo, os municípios que apresentam porção de seu território englobado pela APA apresentam altos índices de urbanização e economia diversificada com significativa presença de indústrias. Já em Minas Gerais, a realidade é predominantemente rural. Diferentes culturas e grupos sociais coexistem na APA, tais como descendentes dos tradicionais Puri e Botocudo, imigrantes europeus, neo-rurais, grupos espiritualistas e empresários de turismo.

A problemática dos processos de gestão da APA e os conflitos por ela encerrados devem ser tratados de forma a levar em conta a complexidade existente, uma vez que co-

existem diferentes visões de mundo e instâncias de decisão. No contexto regional da Serra da Mantiqueira (freqüentada por classes abastadas, com a presença de indústrias e ONGs de diversos tamanhos), a população rural pouco influencia ou participa da gestão do território, mas assume importância através do discurso e da ação ambientalista que, agindo por meio de redes, é potencialmente capaz de alcançar uma ampla esfera de agentes sociais e acessar fundos ambientais nacionais e internacionais. O ambientalismo pode agir em um sentido inclusivo ou exclusivo para as populações rurais, impondo a necessidade de fortalecimento das mesmas.

### **Parque Estadual da Serra do Papagaio**

Criado por Decreto do Governo do Estado de Minas Gerais, primeiramente como Estação Ecológica, em 1990, e transformado posteriormente em Parque Estadual, em 1998, através do Decreto nº 39.793, de 5 de agosto de 1998, o Parque Estadual da Serra do Papagaio – PESP, está inserido no bioma Mata Atlântica Na unidade de conservação, concentram-se as nascentes dos principais rios formadores da bacia do Rio Grande, responsável pelo abastecimento de grandes centros urbanos do sul de Minas.

Com uma área de 22.917 hectares, o PESP localiza-se na região do rebordo norte do maciço do Itatiaia, alto Rio Grande, abrangendo os Municípios de Aiuruoca, Alagoa, Itamonte, Pouso Alto e Baependi. (anexo 1 – Mapa do PESP e UCs da Mantiqueira). Com altitudes que variam entre 1.200m e 2.357m, possui áreas remanescentes de Mata Atlântica, campos de altitude, ocorrência de fragmentos de matas de araucária, estando inserida na zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Engloba importantes conjuntos montanhosos das Serras do Garrafão e do Papagaio, apresentando cerca de 50% da área com declividade acentuada e altitudes acima de 1.800 m. As encostas mais elevadas localizam-se no sul (Pico Santo Agostinho, com 2359 m. na Serra

do Garrafão) e ao sudoeste (Pico do Bandeira com 2357 m. na Serra do Papagaio). Interliga-se, geograficamente, com a porção norte do Parque Nacional do Itatiaia, permitindo uma proteção mais efetiva da flora e da fauna, por compor um conjunto montanhoso contínuo, legalmente preservado.

O Parque Estadual da Serra do Papagaio é uma importante reserva de diversas espécies de mamíferos, aves e anfíbios. Destacam-se o mono carvoeiro, o lobo-guará, o papagaio do peito roxo e a onça parda. A região e seu entorno, caracteriza-se pela economia predominantemente rural tradicional, pouco diversificada, baseada na agropecuária, com padrões de renda e produtividade relativamente baixos.

A região teve sua ocupação originada a partir de fins do Séc. XVII, com a expansão do ciclo do ouro, que aqui teve curta duração. Os povoados que se organizaram em função das descobertas iniciais, subsistiram como apoio às rotas para as distantes regiões de Ouro Preto e de Diamantina. Desenvolveram-se com base na agricultura de subsistência e pecuária leiteira.

A beleza e a tranquilidade do lugar da região da Serrado Papagaio atraíram, nos últimos vinte anos, pessoas de origem predominantemente urbana, que vieram viver ou instalar sítios de lazer. Embora exista, de forma geral, uma mentalidade conservacionista por parte dos novos moradores, a subdivisão das fazendas em sítios e a construção de novas residências e meios de hospedagem sem planejamento, vêm causando o adensamento populacional e construtivo, gerando um novo tipo de pressão sobre os ecossistemas locais e modificando a paisagem da região.

A visitação turística tem aumentado significativamente, sendo o ecoturismo já visto como a esperança de um novo ciclo econômico. O fluxo de visitação tem crescido de forma desordenada e sem planejamento, começando a comprometer a qualidade de conservação das

áreas mais visitadas, como cachoeiras e as trilhas em áreas de maior altitude, como o Pico do Papagaio e o Retiro dos Pedros, aonde vêm ocorrendo as maiores pressões degradatórias.

O adensamento da ocupação humana e da visitação turística na região é uma tendência e uma realidade e estes fatos trazem a necessidade premente de um planejamento ambiental e um ordenamento territorial, a fim de garantir a integridade dos delicados ecossistemas e da paisagem local.

Neste contexto a instalação do Conselho Consultivo do Parque em 2005 pode ser considerado como um avanço, Isto se o Conselho agir de fato como um espaço de discussão e negociação dos problemas e demandas ambientais da Unidade de Conservação, bem como de sua integração com a sociedade, da forma como preconiza o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que determina que cada Parque tenha o seu próprio órgão consultivo, presidido pelo órgão que administra a unidade — no caso, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) — e composto por representantes da sociedade organizada e dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais. No caso do PESP têm assento no Conselho 48 membros – 24 efetivos e 24 suplementares – com representação do IEF, do setor privado, ONG's, comunidade científica, prefeituras e comunidades do entorno do Parque. A eleição dos membros foi realizada em outubro de 2005, através de três reuniões, sendo uma em Itamonte e duas em Baependi, conduzidas com ampla participação dos envolvidos.

### **Micro-Bacia do Ribeirão da Água-Preta**

A micro-bacia do Ribeirão Água Preta abriga alguns dos últimos remanescentes de florestas de araucária de Minas Gerais. No entanto, devido à falta de políticas de desenvolvimento sustentável para a região e a proximidade de grandes centros, existe forte pressão sobre os recursos naturais.

Os ecossistemas de montanha constituem um capítulo à parte na Agenda 21, sendo por isso urgente a elaboração de estratégias de desenvolvimento específicas para as populações que habitam nestes ambientes. A micro-bacia do Ribeirão Água Preta apresenta algumas áreas em que a atividade antrópica foi mais intensa e onde a maior parte da vegetação nativa foi retirada. Visando a recuperação dessas áreas, a Fundação Matutu vem, ao longo de mais de 10 anos de existência, mantendo uma agenda anual de plantio de espécies nativas, com destaque para o **projeto Araucárias da Mantiqueira**, através do qual já foram plantadas mais de 38 mil mudas dessa espécie. Além disso, projetos como *Manejo Participativo no Entorno do Parque Estadual da Serra do Papagaio*.

O fogo e a pecuária extensiva, aliados à ocupação desordenada e o turismo sem planejamento, vêm provocando a degradação dos solos e da paisagem, assim como a poluição e o assoreamento dos cursos d'água e nascentes. Portanto, tornam-se prioritárias ações para a conscientização ambiental da população desta região e o oferecimento de alternativas de desenvolvimento sustentável.

As tabelas a seguir expressam as diferenciações existentes entre três grupos distintos no Vale. Notadamente entre a Comunidade da Reserva e os Bairros do Matutu e Pedra. Contudo, estas diferenças são, na verdade, mais sentidas entre os ditos “locais” e os “de fora”, independente de onde moram. Há uma percepção forte de que a vinda dos “estrangeiros” trouxe também muitas melhorias para todo o Vale, pois todos têm trabalho e surgem sempre oportunidades de qualificação e desenvolvimento pessoal/profissional. A tal ponto que o Vale do Matutu tem hoje a maior renda de Aiuruoca e paga os maiores salários do município.

**Tabela 1** – Número de famílias consultadas na microbacia do Ribeirão da Água Preta por grupo social e localidade.

Grupos sociais	Pedra	Matutu	Comunidade da Reserva	Total
Nativos da região	23	20	0	43
Moradores vindos de fora	1	6	23	30
Proprietários que não moram na microbacia	1	1	0	2
<b>Total de famílias consultadas</b>	<b>25</b>	<b>27</b>	<b>23</b>	<b>75</b>

Fonte: Fundação Matutu/Sebrae - Diagnóstico socioeconômico Cultural da Micro-bacia do Ribeirão do Água Preta, Aiuruocoa, 2006, Mimeo.

**Tabela 2** – Número de pessoas entrevistadas na microbacia do Ribeirão da Água Preta por idade, sexo e localidade.

Idade	Mulheres			Homens			Total
	Pedra	Matutu	Comunidade da Reserva	Pedra	Matutu	Comunidade da Reserva	
15 a 29	4	1	3	1	2	2	13
30 a 49	8	14	7	10	7	10	56
50 a 79	4	3	5	6	7	2	27
Mais de 79	-	-	-	2	1	-	3
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>18</b>	<b>15</b>	<b>19</b>	<b>17</b>	<b>14</b>	<b>99</b>

Fonte: Fundação Matutu/Sebrae - Diagnóstico Sócio-Econômico Cultural da Micro-bacia do Ribeirão do Água Preta, Aiuruocoa, 2006, Mimeo.

**Tabela 3** - Resultado da Atividade "Árvore dos Sonhos" no bairro Matutu e Comunidade da Reserva.

	Atividade no Matutu	Atividade na Comunidade da Reserva
Infra-estrutura	Transporte coletivo, coleta de lixo, comunicação (telefone público e internet), posto de saúde.	Alternativas econômicas sustentáveis
Educação	Mais escolas	Educação
Atividades econômicas	Especialmente ligadas à agricultura	Preservação do local
		Sem especificação
		Escolas com educação diferenciada

Fonte: Fundação Matutu/Sebrae - Diagnóstico Sócio-Econômico Cultural da Micro-bacia do Ribeirão do Água Preta, Aiuruocoa, 2006, Mimeo.